

## Quem disse ?

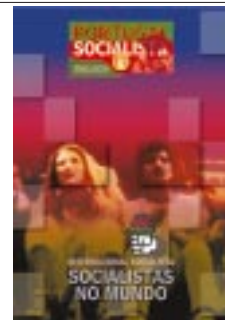
«O País não deve estar assim tão mal, senão o grupo económico do engenheiro Belmiro não teria a projecção que, felizmente, ganhou»

**Jorge Coelho**  
Diário de Notícias  
23 de Setembro



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Presidente no encontro Inter-religiões

### Apelo ao fim da pena de morte

O Presidente da República, Jorge Sampaio, reafirmou domingo a defesa da «abolição universal de pena de morte», associando-se ao apelo da Comunidade de Santo Egidio para uma moratória global nas execuções em 2000. Um apelo que foi lançado na sessão de abertura do XIII Encontro Internacional Homens e Religiões, em que intervieram também o chefe de Estado cabo-verdiano, Mascarenhas Monteiro, os primeiros-ministros italiano e marroquino, Giuliano Amato e Abderahmane El Yousoufi, o presidente da Comunidade de Santo Egidio, Andrea Riccardi, o patriarca de Lisboa, D. José Policarpo, e a presidente da Cruz Vermelha, Maria Barroso, entre outros.

O chefe de Estado considerou que o fenómeno da globalização impõe a procura de «um padrão comum de valores universais» cujo ponto de partida é «a convicção profunda da igualdade de direitos entre todos os seres humanos». O respeito pelos Direitos Humanos – de que o «mais elementar é o direito à vida» -, a solidariedade e a justiça social e a busca da paz são princípios a «pôr em prática» pelos diferentes estados para acabar com os conflitos existentes. «A religião é uma matriz fundamental de identidade cultural e, nesse sentido, «a fé religiosa pode representar, hoje e cada vez mais, um elo de aproximação entre os crentes, uma fonte de diálogo, um lugar de abertura e compaixão», declarou Jorge Sampaio.

Timor-Leste mereceu também uma palavra especial do Presidente da República. Apesar da «malévola persistência das milícias» e de quem as apoia «continuamos a acreditar» que o Conselho Nacional da Resistência Timorense, «com o apoio da heróica igreja timorense, conseguirá encontrar uma via pacífica para a independência e levar a bom termo os seus esforços em prol da reconciliação nacional».



«A moção de censura do PSD é uma caricatura, que não corresponde à vontade do País. Por isso, é um absurdo». Com estas palavras, ditas de improviso logo no começo da sua intervenção de resposta, o primeiro-ministro arrasou os fundamentos da moção de censura apresentada pelo partido de Durão Barroso. António Guterres referiu-se também à ideia de Durão Barroso de que Portugal estaria hoje a atravessar uma grave crise. Respondeu-lhe com estas palavras: «O dr. Durão Barroso não sabe o que é uma grave crise. Mas vou explicar-lhe o que é um crise grave. Quando, como em 1993, descia o emprego, a produtividade e o consumo, o que não está a acontecer agora». Pelo contrário, no presente, segundo o chefe do Governo, o investimento, o crescimento económico, a produtividade e o emprego estão a aumentar», disse.

O resultado da moção de censura foi o já esperado: o chumbo. Apenas o outro partido da direita – o PP – se disponibilizou para votar a favor.

## Política

### Ministro das Finanças deixa advertência no Parlamento Recusa uma reforma fiscal sectária



O ministro das Finanças, Joaquim Pina Moura, aproveitou a interpeção ao Governo do Bloco de Esquerda para sublinhar os principais objetivos da projectada reforma fiscal. A reforma fiscal pretendida pelo Governo será baseada em valores, e não sectária ou ideológica. Esta reforma, para o ministro da Finanças, deve promover amplos consensos sociais e políticos, mas não pode sacrificar-lhes a coerência dos objetivos do Executivo socialista; das opções que foram por nós feitas; do interesse geral (face a interesses particulares) que todos temos a obrigação estrita de defender.

## Sociedade & País

### Polis 2001 Cidades não contempladas podem voltar a concorrer



O ministro do Ambiente anunciou sábado, dia 23, em Vila Real, que o programa Polis vai ter uma segunda fase em 2001 destinada a localidades que já apresentaram a sua candidatura e não foram contempladas no primeiro grupo de 18 cidades.



## A moção do apetite pelo poder

A moção de censura, apresentada na Assembleia da República, na passada semana, pelo PSD e que visava criticar a actuação do Executivo de António Guterres acabou por mostrar, mais uma vez, as fragilidades e a inconsistência das aproximações Durão/Portas. Depois de ter encerrado o último ano parlamentar com uma moção de censura apresentada pelo PP, abre-se o novo ano com a mesma tónica, agora pelo PSD e, curiosamente, em ambas as situações sem a apresentação de nenhuma proposta credível que vise a melhoria da produtividade, o crescimento económico, uma alternativa política ou a estabilidade governativa. As duas moções apresentadas não foram mais que a procura, cada uma a seu tempo, de uma instabilidade política e do derrube do Governo do PS, com todas as gravosas consequências que daí advêm.

Se o líder do PP vive, como se sabe, obcecado com a miragem de eleições antecipadas que lhe possam trazer mais algum protagonismo à sua permanente demagogia, Durão Barroso não parece mais consciente das consequências da não aprovação do próximo Orçamento de Estado. Se Durão precisa de derrubar o Governo para se afirmar internamente, já Paulo Portas necessita de eleições antecipadas que lhe tragam algum ascendente sobre o PSD. O umbigo e os interesses imediatos destes dois líderes sobrepõem-se aos interesses do País e dos portugueses. Só que estes «não estão na mesma onda». Os portugueses já perceberam a importância da estabilidade governativa. A crescente pressão do PSD e do PP para a não aprovação do próximo Orçamento de Estado, empurrando o País para uma grave situação económica e social com prejuízos incalculáveis, só vem demonstrar a sua irresponsabilidade e o alheamento da realidade em que vivem.

Conforme António Guterres frisou durante o debate da moção de censura apresentada pelo PSD, a «estabilidade não é um fim absoluto. É, no entanto, condição essencial para que haja governabilidade, confiança no futuro e respeito por todos os cidadãos. Quem apostar num salto no escuro ou interromper o ciclo normal de vida democrática terá de assumir as responsabilidades por isso».

A inconsequência das atitudes de Durão e Portas estão bem patentes, pois «os dois partidos não têm sequer uma alternativa política comum para enfrentar os problemas nacionais. A sua lógica é meramente destrutiva, mesmo com o risco de tornar o País ingovernável. O PP e o PSD ora se entendem, ora se desentendem, num indeterminável jogo de zangas e reconciliações, de aproximações e afastamentos, que revelam um único verdadeiro ponto de contacto, o apetite pelo poder».



## PS PREPARA AUTÁRQUICAS

«PS confiante prepara eleições autárquicas» era a manchete da edição de 23 de Setembro de 1982 do «Acção Socialista».

Na notícia da página 16, referia-se uma reunião de responsáveis pelo sector autárquico, presidida por Mário Soares, e as conclusões apontavam para um bom trabalho na elaboração das listas e programas do PS com vista às autárquicas que se avizinhavam e que iriam ser marcadas por uma derrota inequívoca da AD.

Motivo de destaque nesta edição era ainda a vitória dos social-democratas suecos, liderados por Olof Palme, que assim voltavam de novo ao poder, após seis anos de governos conservadores.

A situação na Polónia era ainda abordada num interessante artigo de Jean Offredo, do «L'Unité».

J. C. C. B.

23 de Setembro

Quem disse?

«Não fora a determinação do povo português, com a contribuição importante de homens como Soares e Zenha, e hoje seríamos um país novamente amordaçado pela pseudodemocracia do dr. Álvaro Cunhal»

José Barbosa Mota



## Eleições

### Presidenciais marcadas para 14 de Janeiro

A eleição para a Presidência da República realiza-se no próximo dia 14 de Janeiro, exactamente cinco anos depois do sufrágio que levou o camarada Jorge Sampaio a Belém.

A campanha eleitoral decorrerá entre 31 de Dezembro deste ano e 12 de Janeiro de 2001.

Legalmente, as eleições presidenciais têm de realizar-se nos 60 dias anteriores ao termo do mandato do chefe de Estado (9 de Março).

Com a eleição a 14 de Janeiro, se nenhum candidato alcançar a maioria absoluta na primeira volta, proceder-se-á a um segundo escrutínio, que acontecerá no 21º dia posterior ao primeiro (a 4 de Fevereiro).

A campanha eleitoral para uma segunda volta decorrerá entre 25 de Janeiro e 2 de Fevereiro.

A data das eleições foi marcada pelo Presidente da República cessante e com, pelo menos, 80 dias de antecedência,

conforme a lei.

As candidaturas só podem ser apresentadas por um grupo de cidadãos eleitores em número mínimo de 7500 e máximo de 15 mil, perante o Tribunal Constitucional.

A data limite para a apresentação das candidaturas é 15 de Dezembro.

O Presidente da República não pode dissolver a Assembleia da República nos últimos seis meses do seu mandato (desde 9 de Setembro deste ano).

Actualmente já foram anunciados vários pré-candidatos às presidenciais, nomeadamente Fernando Rosas (Bloco de Esquerda), António Abreu (PCP), Ferreira do Amaral (PSD), Basílio Horta (PP) e Garcia Pereira (MRPP).

Recorde-se que antes das presidenciais decorrerem, nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, as eleições legislativas regionais, a 15 de Outubro próximo.

## Timor-Leste

### Professores portugueses no território

O primeiro grupo de 48 professores escolhidos para leccionar em Timor-Leste a disciplina de Língua Portuguesa partiram, na passada quinta-feira, para o território, para dar início ao ano lectivo que arrancará a 2 de Outubro.

O ministro da Educação, Augusto Santos Silva, encontrou-se com o grupo de professores, durante a tarde, no aeroporto da Portela, antes da partida.

O recrutamento destes docentes, que vão ensinar os alunos do ensino secundário e vários grupos de adultos, foi feito pelo Ministério da Educação, numa acção

coordenada pelo gabinete do comissário para o Apoio à Transição em Timor-Leste. Nos passados dias 23, 24 e 25 deslocaram-se para o território mais três grupos de professores.

Entretanto, Portugal enviou para Timor-Leste, nos dias 11 e 19, 183 mil manuais escolares, quatro mil dicionários de tétum-português, gramáticas e dicionários técnicos, entre outro material de apoio, estando agendado «para breve» mais 40 mil manuais escolares, de acordo com um comunicado do comissário para o Apoio à Transição de Timor-Leste.

## Líder dos reformados portugueses homenageado

O camarada Manuel Jerónimo, secretário-coordenador do MODERP, a maior organização de reformados do País, foi alvo de uma homenagem, no dia 17, em Cascais, em que estiveram presentes, entre outros, vereadores, presidentes de juntas de freguesia e o padre de Cascais. A iniciativa partiu de um grupo de reformados da linha de Cascais e teve por objectivo evocar a luta de Manuel Jerónimo por mais justiça social para os idosos portugueses.

Na ocasião, os presentes exigiram o rápido regresso de Manuel Jerónimo à Assembleia da República como legítimo representante dos pensionistas e reformados portugueses.

O líder do MODERP recebeu ainda uma lembrança dos presentes, que o deixou particularmente sensibilizado.



## UMA CARICATURA DE MOÇÃO DE CENSURA

«A moção de censura do PSD é uma caricatura, que não corresponde à vontade do País. Por isso, é um absurdo». Com estas palavras, ditas de improviso logo no começo da sua intervenção de resposta, o primeiro-ministro arrasou os fundamentos da moção de censura apresentada pelo partido de Durão Barroso. António Guterres referiu-se também à ideia de Durão Barroso de que Portugal estaria hoje a atravessar uma grave crise. Respondeu-lhe com estas palavras: «O dr. Durão Barroso não sabe o que é uma grave crise. Mas vou explicar-lhe o que é um crise grave. Quando, como em 1993, descia o emprego, a produtividade e o consumo, o que não está a acontecer agora». Pelo contrário, no presente, segundo o chefe do Governo, o investimento, o crescimento económico, a produtividade e o emprego estão a aumentar», disse.

**O resultado da moção de censura foi o já esperado: o chumbo. Apenas o outro partido da direita – o PP – se disponibilizou para votar a favor.**

**T**ambém como se esperava, apesar de muito ter procurado criticar o Governo, o líder do PSD não apresentou qualquer projecto alternativo. Falou de forma demagógica de um pacote de emergência, que nem sequer merece o consenso dentro do seu partido. Neste ponto, António Guterres não poupou Durão. «A sua obrigação era ter apresentado já esse pacote de emergência. Afinal, o que fez foi pedir desculpa por ter apresentado a moção de censura e fazer a promessa de um programa para o debate», declarou, perante os prolongados aplausos dos deputados do Grupo Parlamentar do PS.

O início do discurso do primeiro-ministro também foi duro em relação ao comportamento político, tanto do PSD, como do PP de Paulo Portas, lembrando que depois de se ter encerrado com uma moção de censura do PP o último ano parlamentar, abre este com uma moção de censura do PSD. As coisas, na opinião do secretário-geral do PS não podiam ser mais claras. «Os dois partidos políticos da direita parlamentar têm um objectivo comum: provocar a instabilidade política e derrubar o Governo do PS. Fazem-no, aliás, ora outro, ora em conjunto, com uma linguagem crescentemente agressiva e radical e, por isso, cada vez mais afastada da situação real do país». Pais que, acentuou António



Guterres, «tem as suas dificuldades, mas que apresenta também inúmeros aspectos positivos e oportunidades que nos galvanizam», disse.

Como demonstrou o primeiro-ministro ao fazer alusão ao carácter inconsequente das acções de Portas e de Durão, «os dois partidos não têm sequer uma alternativa política comum para enfrentar os problemas nacionais. A sua lógica é meramente destrutiva, mesmo com o risco de tornar o país ingovernável. O PP e o PSD ora se entendem, ora se desentendem, num indeterminável jogo de zangas e reconciliações, de aproximações e afastamentos, que revelam um único verdadeiro ponto de contacto, o apetite pelo poder». Com ironia e muito humor, o chefe do Governo ainda comentou que «a relação entre o PSD e o PP faz-me lembrar a famosa "vichyssoise", que tão depressa entra como sai da ementa do jantar».

### Defesa da estabilidade política

Na sua intervenção, o primeiro-ministro recordou que a moção de censura do PSD começou por ser um ultimato. «Como todos os ultimatums em política, tinha como último objectivo evitar aquilo que pedia, ou seja, uma remodelação do Governo. Rejeitei naturalmente, mas não fechei os olhos ao país, procurando não só entender as preocupações dos portugueses, como sobretudo encontrar as melhores formas de organização governativa para dar resposta às suas preocupações e anseios», sublinhou António Guterres. Mas ao PSD, como disse o chefe do Governo, «só

interessa dizer mal».

António Guterres fez questão de frisar depois que a «estabilidade não é um fim absoluto. É, no entanto, condição essencial para que haja governabilidade, confiança no futuro e respeito por todos os cidadãos. Quem apostar num salto no escuro ou interromper o ciclo normal de vida democrática terá de assumir as responsabilidades por isso», avisou o primeiro-ministro, para a seguir ainda reforçar que «num momento decisivo da nossa vida colectiva não podemos dar-nos ao luxo de apostar na instabilidade e na incerteza em nome de ambições futuras que esquecem o dia a dia do País».

Apesar de a moção de censura do PSD nem sequer ter alcançado o pleno dos partidos da oposição, a verdade é que se traduziu «num passo mais numa estratégia de desestabilização, de que o partido de Durão Barroso é crescentemente intérprete com o objectivo cada vez mais assumido de chumbar o Orçamento de Estado. Não os parece demover sequer a limitação constitucional decorrente das eleições presidenciais. Não havendo as condições mínimas de governabilidade que um só Orçamento de Estado proporciona, não poderemos ter eleições antes de Junho, nem Orçamento, por muito absurdo que pareça, na melhor das hipóteses, antes de Outubro», observou António Guterres. Por essa razão, advertiu as oposições sobre os prejuízos inerentes que esse longo período de incerteza causaria ao país e à vida concreta das pessoas e das famílias. Os prejuízos seriam naturalmente incalculáveis e, como afirmou o secretário-geral do PS,

«não deixa de ser patético o esforço de alguns elementos do PSD, tentando explicar que o Orçamento não faz falta porque se podem viver 9 ou 10 meses com duodécimos do ano anterior. Quem assim pensa não tem a menor preocupação com as famílias de centenas de milhares de trabalhadores da Função Pública, bem como dos respectivos pensionistas, que ficarão todo esse período à espera dos seus aumentos».

### Repto a Durão Barroso

Ao longo do debate, por várias vezes, o primeiro-ministro e deputados do PS interrogaram Durão Barroso sobre os preços dos combustíveis que praticaria hoje, caso estivesse no lugar de António Guterres. Mas nem uma só resposta se ouviu.

Referindo-se a este tema, no seu discurso, o líder do Partido Socialista assegurou que o seu Governo está empenhado em contribuir para conter «as fortes tensões inflacionistas» a que o país tem vindo a ser sujeito. «Para isso, agiremos em 2001 na redução do ritmo de crescimento da despesa pública, no acompanhamento das políticas de rendimentos, simultaneamente com rigor e sentido de justiça, e na gestão equilibrada e realista da política dos preços dos combustíveis». Para melhor demonstrar a correcção da opção tomada pelo Governo em matéria de política de preços dos combustíveis, o primeiro-ministro fez uma alusão à actual conjuntura social europeia. «Quando se olha para essa Europa fora, creio que os portugueses começam a compreender as razões que me levaram a travar este ano, contra a opinião de quase todos, os aumentos dos combustíveis. Também por isso estamos empenhados num aprofundamento da reforma fiscal, que alivie as famílias de trabalhadores por conta de outrem e as classes médias, obrigando a pagar impostos quem o não faz indevidamente».

Além da reforma fiscal, o primeiro-ministro disse estar «atento e activo em relação a todos os aspectos da vida nacional. Mas, neste momento, acompanho com particular intensidade e determinação as questões da segurança, da saúde, do combate à droga e da reforma fiscal, tema de que o PSD tem sido o único partido ausente». Para António Guterres, a moção de censura do PSD «foi uma prova de vida, na lógica cartesiana do censuro logo existo. Para mim e para o Governo, este debate é, acima de tudo, uma oportunidade para, serena e confiadamente, dizer aos portugueses: Portugal está à altura de responder aos desafios da modernidade e estamos ao vosso lado, nos bons e nos maus momentos, nas dificuldades e nos progressos».

## RECUSO UMA REFORMA FISCAL SECTÁRIA

O ministro das Finanças, Joaquim Pina Moura, aproveitou a interpelação ao Governo do Bloco de Esquerda para sublinhar os principais objectivos da projectada reforma fiscal. A reforma fiscal pretendida pelo Governo será baseada em valores, e não sectária ou ideológica. Esta reforma, para o ministro das Finanças, deve promover amplos consensos sociais e políticos, mas não pode sacrificar-lhes a coerência dos objectivos do Executivo socialista; das opções que foram por nós feitas; do interesse geral (face a interesses particulares) que todos temos a obrigação estrita de defender. Estas palavras foram sobretudo dirigidas aos dois deputados do Bloco de Esquerda, retirando-lhes qualquer aspiração de empurrarem o Governo para terrenos de conflitualidade social. Outra nota do debate foi o silêncio do PSD, partido que provou não ter ainda qualquer ideia em concreto para a revisão do actual sistema fiscal.



**D**iscursando perante os deputados, Pina Moura estabeleceu as principais linhas de rumo da reforma fiscal do Governo. «O país e a grande maioria dos portugueses que justiça fiscal; combate à fraude e à evasão; melhor redistribuição da riqueza e da justiça social; desagravamento fiscal para os trabalhadores por conta de outrem e das classes médias; inclusão, custe o que custar, dos evasores; repressão, doa a quem doer, dos infractores, competitividade fiscal para atrair o investimento e criar empregos; desenvolvimento ambiental sustentado. Temos uma visão, um projecto e um caminho para a reforma fiscal», sublinhou o ministro.

Pina Moura reforçou ainda que o Governo não tem da reforma fiscal «uma visão sectária ou ideológica». Por isso, também, não foi nem será insensível a outras visões, outros projectos e outros caminhos que, «total ou parcialmente, se compaginem com a matriz identificadora do Pacto de Justiça Fiscal que os eleitores mandaram a maioria parlamentar que apoia o Governo para concretizar». Como tal, na semana passada, o Governo decidiu substituir a proposta de lei de autorização legislativa apresentada em 30 de Junho (e uma outra que se preparava para apresentar até ao final do mês sobre IRC) por uma única proposta de lei material sobre a reforma da tributação directa e o combate à fraude e evasão fiscais. Essa proposta será aprovada no Conselho de Ministros de dia 4 de Outubro e poderá ser discutida com outros projectos de lei da mesma natureza, cujo agendamento o PCP promoveu para o dia 11 do mesmo mês.

Em segundo lugar, o ministro das Finanças transmitiu à Assembleia da República a sua esperança de que o debate na generalidade «seja um primeiro momento privilegiado para apurar e verificar consensos, cujo aprofundamento pode e deve ser feito no debate na especialidade».

### Reforma articulada com Orçamento

A seguir, o ministro das Finanças fez questão de recordar o calendário já definido pelo Governo para a concretização da reforma fiscal. Pela parte do Governo, disse, a iniciativa da reforma fiscal, «que se articula com a proposta de lei do Orçamento de Estado de 2001, será completada e complementada, ainda no decorrer do ano 2000, de outras propostas de lei que se traduzem em actualização aos sistemas de infracções tributárias e de garantias para os contribuintes e numa nova arquitectura de tributação sobre o património imobiliário». Tal como se encontra previsto no Programa do Governo, o Executivo do PS quer e vai terminar com a sisa e o imposto sucessório. «Queremos e vamos promover – com mecanismos simples e exequíveis de actualização das matrizes urbanas – uma redistribuição mais justa do esforço fiscal que hoje é exigido na contribuição autárquica, nomeadamente aos contribuintes mais jovens que adquiriram casas de construção mais recente. Queremos e vamos reafirmar que, na nossa visão, a função do património (com excepção do imobiliário) deve ser concebida como um instrumento de controlo fiscal capaz de permitir verificar a verdade fiscal

sobre as fontes e os fluxos de rendimento, tributados em sede de tributação directa», garantiu o titular da pasta das Finanças.

Ou seja, para Pina Moura, «a reforma fiscal e a sua aceleração pode e deve ser uma causa clarificadora na sociedade portuguesa. Uma reforma que leve à separação de águas entre os que querem efectivamente mais justiça fiscal e aqueles que, por muito que o proclamem, querem que tudo fique na mesma. Uma reforma que torne claro quem quer combater a fraude e a evasão e aqueles que, agora, querem deixar que os infractores impenitentes vistam a pele do cordeiro». Como sublinhou o ministro das Finanças, importará realçar que «o infractor não é nem vai ser vítima de ninguém, mas a causa principal de não haver mais justiça fiscal em Portugal».

### Consequências estruturais das mudanças

No seu discurso, o ministro das Finanças também evidenciou as consequências estruturais da reforma fiscal, sobretudo, devido à sua dimensão e natureza. Esta reforma que será levada a cabo pelo Governo socialista «permitirá um desagravamento fiscal do trabalho; uma mais sólida consolidação das finanças públicas; uma maior competitividade empresarial e territorial para o nosso país. Há que dizer com toda a clareza que agora se vai ver quem quer passar da proclamação das reformas estruturais à sua efectiva concretização», afirmou Pina Moura, numa referência dirigida à bancada dos deputados do PSD. Ao contrário do pretendido pelo PS, segundo o ministro das Finanças, «a reforma

fiscal não será terreno para retóricas afirmações ideológicas que diminuam a sua ampla base social de apoio. A reforma fiscal não constituirá para o Governo um exercício de maximalismo perfeccionista que se transformasse num factor de conservação, para que tudo continuasse a ser como é. A reforma fiscal pode e deve ter um lema nacional: haja moralidade», acrescentou o membro do Governo. Para que exista efectivamente moralidade, especificou o ministro das Finanças, «é preciso combater a fraude e a evasão com uma nova eficácia. É preciso que todos paguem para que aqueles que já o fazem possam pagar menos. É preciso que o sistema fiscal funcione efectivamente de acordo com critérios de simplicidade, eficácia e justiça. É preciso reduzir os impostos sobre os trabalhadores por conta de outrem e sobre as classes médias».

Por outro lado, Pina Moura garantiu que a reforma fiscal será global, coerente, e tecnicamente bem fundamentada. «Uma reforma que é um processo exigente, determinada na rapidez da sua concretização, mas não sobredeterminada pela sua natureza proclamatória. Uma reforma que deve induzir simplicidade, eficiência e confiança no sistema fiscal e na sua relação com os contribuintes», adiantou ainda o ministro das Finanças, quando discursava na interpelação do Bloco de Esquerda subordinada ao tema «Reforma Tributária e Políticas de combate à fraude fiscal». Durante este debate, estranhou-se o silêncio quase absoluto do partido de Durão Barroso. Aliás, até hoje, o PSD ainda não apresentou qualquer medida em concreto para a reforma do sistema fiscal.

## BALANÇO REVELA «GRANDE SUCESSO»

O ministro do Ambiente, José Sócrates, classificou, sexta-feira passada, em Évora, como «um grande sucesso» o Dia Europeu Sem Carros, que decorreu em sete centros urbanos portugueses.

«Foi uma grande operação e bem sucedida, seja qual for o ponto de vista por que é analisada», sublinhou o governante, numa conferência de Imprensa na Praça do Giraldo, onde fez o balanço a nível nacional do Dia Sem Carros.

«Esta foi a maior operação de sensibilização ambiental que algum dia se fez em Portugal», disse, acrescentando que a operação «permitiu mostrar que uma grande iniciativa, com a ambição e a dimensão desta, permite fazer mais num dia do que muitas iniciativas não conseguiram fazer ao longo dos últimos anos».

«A operação de sensibilização da opinião pública foi de tal forma ambiciosa e teve uma dimensão tão grande que permitiu atingir o seu objectivo, que posso classificar como um grande sucesso», reiterou.

Sócrates chegou ao Terminal Rodoviário, na periferia da cidade, a meio da tarde de sexta-feira, e depois seguiu de autocarro até à Praça do Giraldo, onde inaugurou uma viatura eléctrica da divisão de trânsito do município.

O ministro fez questão de experimentar a viatura de tracção eléctrica, conduzindo-a numa volta pela cidade.

### Polição baixou

Entretanto, os primeiros efeitos desta



mega-iniciativa ambientalista fizeram-se notar na passada sexta-feira.

Os valores de poluição atmosférica e

sonora baixaram no dia 22 consideravelmente em Lisboa, Porto, Aveiro, Évora, Beja, Leiria e Sintra, face a um dia normal

de trânsito nos centros urbanos, revelaram dados do Ministério do Ambiente.

O relatório de acompanhamento do Dia Sem Carros indica que em Lisboa a concentração de monóxido de carbono, entre as 7 e as 16 horas, baixou entre metade e um terço dos valores relativos a um dia normal.

Embora menos significativa, registou-se também uma redução de óxidos de azoto. A qualidade do ar no Porto reflectiu-se numa redução superior a 50 por cento de monóxido de carbono (CO), tendo também baixado, mas de forma inferior, os óxidos de azoto.

Em Aveiro, Évora, Leiria e Sintra, verificaram-se igualmente níveis de CO muito inferiores aos habituais.

Os óxidos de azoto também baixaram, embora de forma menos expressiva, à excepção de Aveiro, que registou o maior decréscimo deste poluente.

A cidade de Aveiro registou no período da manhã uma redução de 50 por cento na pressão sonora.

Em Beja, onde este valor é habitualmente pouco elevado, constatou-se também uma diminuição do ruído urbano.

Já em Leiria, notou-se uma diferença muito significativa no ruído (de 0,05 para 0,02).

Em Lisboa, os valores da pressão sonora baixaram tanto no período da manhã como à tarde, mas de forma menos significativa. O relatório do Ministério do Ambiente destacou a forte diminuição registada no Porto, mais de metade do valor habitual.

A vila de Sintra registou também valores inferiores aos dias normais em cerca de metade.

## TERRITORIALIZAR ACÇÃO DA POLÍCIA

O Executivo socialista deu luz verde a um conjunto de resoluções que ratificam 15 deliberações de Assembleias Municipais relativas à criação de polícias municipais (aprovação dos respectivos regulamentos de organização e funcionamento e quadros de pessoal).

A decisão, tomada no dia 21, em reunião de Conselho de Ministros, implica ainda a aprovação dos contratos-programa a celebrar entre o Governo e cada um dos municípios envolvidos – Amadora, Braga, Vila Nova de Gaia, Gondomar, Guimarães, Maia, Matosinhos, Póvoa do Varzim, Sintra, Paços de Ferreira, Vila do Conde, Aveiro, Cascais, Coimbra, e Oeiras

Com a aprovação da Lei 140/99, que estabelece o regime de criação das polícias municipais, a Assembleia da República conferiu mandato ao Executivo para a regulamentação das matérias relativas às

polícias municipais.

Assim, entre Novembro de 1999 e Maio do ano em curso foram publicados os diplomas legais essenciais à implementação do projecto das Polícias Municipais.

Cumprindo o seu programa, (Capítulo V – «A qualidade da democracia – B – Uma sociedade mais segura e uma justiça eficaz»), o Governo dá expressão material à criação das Polícias Municipais, enquanto veículo fundamental da territorialização da segurança e como solução que conduzirá à redução da sobrecarga das competências de polícia administrativa das Forças de Segurança.

Disso são expressão o decreto-lei n.º 39/2000, de 17 de Março (estabelece as regras a observar na deliberação da assembleia municipal que cria o serviço de polícia municipal, bem como os regimes de transferências financeiras e de carreiras de

peçoal), o decreto-lei n.º 40/2000, de 17 de Março (regula as condições e o modo de exercício de funções de agente de polícia municipal), a portaria n.º 247-B/2000, de 8 de Maio (estabelece regras de selecção dos candidatos a polícias municipais) e a portaria n.º 533/2000, de 1 de Agosto (aprova o regulamento de uniformes), que constituem a moldura legal para a implementação dos serviços de polícia municipal.

No processo de análise dos projectos de criação de serviços de polícia municipal, e num universo de 28 candidaturas, foram aprovadas as primeiras 15 apresentadas pelos municípios de Sintra, Oeiras, Cascais, Gaia, Maia, Amadora, Braga, Gondomar, Matosinhos, Guimarães, Coimbra, Aveiro, Paços de Ferreira, Póvoa do Varzim e Vila do Conde.

Os municípios envolvidos recebem, através de contrato programa, um

financiamento global de mais de um milhão de contos, repartido por uma execução financeira em 2000 e 2001, cabendo a cada um, um financiamento entre os 70 e os 80 mil contos, verba destinada a apoiar a instalação dos citados serviços municipais.

Sempre na prossecução dos objectivos estabelecidos no seu programa, o Governo socialista continuará este projecto de polícias municipais, podendo os municípios interessados apresentar os seus projectos e candidaturas, em cada ano, até ao dia 31 de Março.

A formação dos primeiros 200 polícias municipais escolhidos de entre os candidatos apresentados pelos municípios começará, este ano, a 16 de Outubro e terminará em meados de Janeiro, altura em que entrarão de imediato em funções.

No ano de 2001 está prevista a formação de mais de 400 novos elementos.

**ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

O ministro da Administração Interna defendeu, no dia 23, em Vila Real de Santo António, a necessidade de actuar na prevenção e no controlo das consequências, para combater a insegurança. «A insegurança não é um problema exclusivo das instituições políticas, mas estrutural das sociedades desenvolvidas do mundo contemporâneo e independentemente das políticas que ataquem as suas causas, devemos actuar na prevenção e no controlo das suas consequências», sublinhou.

Para Nuno Severiano Teixeira, a «insegurança é um problema sério» que deve ser enfrentado e enquadrado nas suas proporções e no seu contexto, apesar de Portugal encontrar-se um terço abaixo da média europeia.

De acordo com o governante, as principais prioridades do Executivo vão para o aumento de efectivos policiais, a modernização das estruturas, a motivação das pessoas e o planeamento estratégico de segurança interna.

No domínio do aumento de efectivos, segundo o ministro, desde 1995 entraram ao serviço mais de dez mil agentes, num total de 50 mil efectivos, prevendo-se em breve a entrada ao serviço de mais 600 novos polícias municipais.

**AGRICULTURA**

O ministro da Agricultura anunciou, no dia 24, em Cabeceiras de Basto, o lançamento de dois programas de incentivos à modernização das explorações agrícolas, cujas verbas ascendem a 553 milhões de contos.

«Estão já em funcionamento dois programas com apoio comunitário – o Agro e o Agris –, o primeiro que contém medidas de apoio à agricultura em geral, e o segundo com sistemas de incentivos dirigidos à pequena agricultura das zonas de montanha ou do interior», afirmou Capoulas Santos em declarações à Imprensa.

«O programa Agris – adiantou – pretende travar a desertificação do País».

O governante falava no final de um colóquio realizado no auditório municipal sobre «Os novos programas de apoio à agricultura e ao desenvolvimento do mundo rural» no qual participaram cerca de 150 agricultores e dirigentes de associações agrícolas da região.

A iniciativa insere-se na XXIV edição da Agro-Basto – Feira Agrícola e Pecuária da Região de Basto que foi visitada pelo ministro, secretário de Estado da Agricultura, Luís Vieira, e pelo presidente da Câmara, Joaquim Barreto.

**AMBIENTE**

Um novo modelo de gestão dos recursos hídricos, que permita um melhor licenciamento da água e a racionalização do seu uso, vai ser elaborado até final do ano, anunciou, no dia 25, o ministro do Ambiente.

José Sócrates, que falava na cerimónia de abertura do 5º congresso da água, a decorrer até amanhã na Culturgest, em

Lisboa, deixava assim um alerta à indústria e à agricultura, responsáveis por «muitos desperdícios» de um bem que é cada vez mais «precioso» e que urge preservar.

O sistema deve ser «auto-sustentado», garantindo uma maior «eficiência e maior eficácia» na gestão dos recursos hídricos, mas deve passar também pelo «reforço da autoridade do Estado», uma vez que o mercado não pensa no longo prazo, preconizou.

Sobre os grandes desafios para os próximos tempos, Sócrates enumerou o do saneamento básico, porquanto Portugal dispõe, até 2006, da última oportunidade para resolver o problema, uma vez que tem disponíveis 260 milhões de contos.

Ao fazer um balanço dos últimos sete anos ao nível de recursos hídricos em Portugal, o ministro anunciou que o documento orientador dos Planos de Bacia para os rios internacionais – Minho, Lima, Douro, Tejo e Guadiana – será divulgado em Lisboa, a 8 de Outubro, durante a próxima reunião do Conselho Nacional da Água, enquanto os dos rios portugueses ficarão concluídos durante o próximo ano.

**CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, garantiu, no dia 25, que até ao final de 2001 todas as escolas do primeiro ciclo do ensino básico do País estarão ligadas à Internet.



«As escolas do 2º e 3º ciclos já estão todas ligadas, e agora estamos a ligar, de forma acelerada, muitas centenas de escolas do 1º ciclo por mês, um processo que deverá estar concluído entre o Verão e o final do próximo ano», frisou o governante.

«Portugal é neste momento, conjuntamente com a Suécia, a Finlândia e a Irlanda, dos países com a melhor rede de escolas ligadas à Internet», congratulou-se Mariano Gago, depois de sublinhar o «importante papel pedagógico» da «rede» nas escolas. O ministro falava em Viana do Castelo, onde assinou com a Câmara Municipal um protocolo para a ligação à Internet das 54 escolas do primeiro ciclo do ensino básico do concelho, no âmbito do programa «Internet nas escolas».

Este programa, uma iniciativa do Ministério da Ciência e da Tecnologia, já concretizou a ligação à Internet de todas as escolas do

País do 5º ao 12º ano, públicas e privadas, através da instalação de computadores multimédia nas bibliotecas/mediatecas das escolas.

**COMUNIDADES**

O secretário de Estado das Comunidades saudou, no dia 21, a aprovação, na Câmara dos Representantes dos EUA, da alteração à Lei da Imigração, afirmando que a «esperava com ansiedade».



José Lello sublinhou a «influência determinante» neste processo dos congressistas norte-americanos eleitos em círculos onde a participação eleitoral dos portugueses é muito forte.

O secretário de Estado das Comunidades comentava a aprovação, por unanimidade, na Câmara dos Representantes norte-americana, de uma proposta que altera alguns aspectos da Lei de Imigração de 1996, que tem contribuído para a deportação de centenas de imigrantes portugueses.

A proposta anula, em muitos casos, a cláusula da retroactividade da lei, que tem permitido aos Serviços de Imigração e Naturalização (INS) expulsar do país imigrantes legais condenados por crimes cometidos, mesmo que a pena já tenha sido cumprida há muito.

O congressista Barney Frank, democrata de Massachusetts e co-autor da proposta, indicou na passada quinta-feira que a legislação vai ser submetida à aprovação do Senado, onde conta com o apoio do senador Edward Kennedy.

**CULTURA**

O ministro da Cultura, José Sasportes, disse quinta-feira à noite no programa «Acontece», da RTP2, que tenciona nomear o italiano Paolo Pinamonte para director artístico do Teatro Nacional de São Carlos, em Lisboa.

Paolo Pinamonte ocupa idêntica função no Teatro La Fenice, Itália, desde 1997.

É também professor de Teoria Musical na Universidade de Veneza e do seu trabalho como musicólogo destaca-se a edição crítica da ópera «Sigismondo», de Rossini. A música do século XX tem merecido a atenção de Paolo Pinamonte, que contribuiu para a modernização do repertório do Teatro La Fenice, com a

produção de óperas como «Aus Deutschland», de Kagel, e «Soldados», de Zimmermann.

**DESENVOLVIMENTO RURAL**

O concurso público para a construção da barragem de Santa Justa, no Vale da Vilarça, distrito de Bragança, foi já aprovado, disse, no dia 22, em Macedo de Cavaleiros, o secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vítor Barros.

Segundo o governante, nos próximos dias vai ser publicado o anúncio do concurso, sendo depois cumpridos os prazos e trâmites legais, num processo que, segundo Vítor Barros, «é agora imparável». O licenciamento do projecto atraiu o processo que vai permitir a construção da terceira barragem no Vale da Vilarça, cujos terrenos se estendem pelos concelhos de Macedo de Cavaleiros, Alfândega da Fé e Torre de Moncorvo.

O empreendimento faz parte do plano de regadio que previa a construção de cinco barragens e pelo qual os agricultores do vale aguardam há décadas, estando apenas construídas duas, que não satisfazem todas as necessidades.

O secretário de Estado adiantou que, «dentro de dois anos e meio, a barragem de Santa Justa estará já a contribuir para a rega do vale», juntando-se às barragens da Burga e do Salgueiro.

**ECONOMIA**

O secretário de Estado adjunto do ministro da Economia, Vítor Santos, defendeu, no dia 23, que a cooperação é o caminho a seguir pelas empresas portuguesas para serem competitivas à escala internacional. «Face ao actual contexto da globalização crescente da actividade económica, é necessário que as empresas cooperem entre si, compatibilizando concorrência, capacidade competitiva e massa crítica», sublinhou Vítor Santos.

O governante falava em Ponte de Lima, onde presidiu ao encerramento da Conferência Internacional sobre Cooperação e Competitividade Territorial, organizada pelo «CompeteMinho», um programa da Associação Empresarial do Minho e que tem como lema «A cooperação faz o negócio».

O «CompeteMinho», em dois anos, já conseguiu sensibilizar, nos distritos de Braga e Viana do Castelo, mais de 150 empresários e 114 empresas para a criação de 14 novos Círculos de Negócios.

«Este programa é um exemplo a ser seguido, noutras áreas e noutras regiões do País, já que é uma experiência de sucesso e uma prova de que a cooperação é cada vez mais fundamental para o sucesso empresarial», acrescentou Vítor Santos.

**PLANEAMENTO**

A ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, anunciou sexta-feira que os primeiros fundos do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (III QCA), que já tem projectos de investimento aprovados no montante de 200 milhões de contos, devem chegar de Bruxelas na primeira semana de Outubro.

## PELO PAÍS

«Estamos a aguardar a todo o momento que Bruxelas transfira o dinheiro. Portugal foi o primeiro país a aprovar o Quadro Comunitário e a fazer a unidade de gestão, mas como Setembro está quase no fim, vamos ver se na primeira semana de Outubro começamos a desbloquear verbas», afirmou Elisa Ferreira.



A ministra, que falava na abertura da sexta edição da Mostra das Terras de Aguiar, em Vila Pouca de Aguiar, distrito de Vila Real, confirmou que estão aprovados em todo o País projectos no âmbito do III QCA no valor de 200 milhões de contos.

«Para os promotores dos projectos foi criado um fluxo financeiro que faz com que não haja rupturas de tesouraria, como aconteceu no quadro comunitário anterior», garantiu Elisa Ferreira, adiantando ainda que as comissões de coordenação regional já começaram a recolher as primeiras facturas dos projectos aprovados no âmbito do III QCA.

### PRESIDÊNCIA

O secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Vitalino Canas, anunciou, no passado dia 21, em Évora, que o Orçamento de Estado para 2001 contemplará mais 3,5 milhões de contos nas rubricas relacionadas com o combate à droga.

Vitalino Canas, que se deslocou a Évora para apresentar regionalmente a Estratégia Nacional de Luta Contra à Droga, adiantou que a prevenção contará com mais meio milhão de contos, sendo o restante distribuído pelo reforço das estruturas existentes e pelas estruturas a criar com a entrada em vigor da nova lei da droga, que descriminaliza o consumo.

De acordo com o governante, a nova lei – que foi aprovada em Julho passado, mas que foi devolvida por Jorge Sampaio ao Parlamento para consulta dos parlamentos regionais dos Açores e Madeira – deverá ser de novo debatida na Assembleia da República em meados de Outubro. Visando descriminalizar o consumo de drogas, proibindo-o como ilícito de mera ordenação social e colocando o tratamento como primeira prioridade, a nova Lei, segundo Vitalino Canas, deriva do convencimento da necessidade de reprimir o tráfico mas também da necessidade de

## Governança Aberta

actuar preventivamente. Ao punir o consumo de drogas pelo direito administrativo e não pelo direito penal «estamos a sinalizar os consumidores como doentes e não como criminosos», referiu o secretário de Estado, sublinhando que, ao abrigo da nova lei, o consumo de estupefacientes continua a ser proibido.

### SAÚDE

O Ministério da Saúde vai aumentar em 2001 o subsídio a pagar por cada colheita de órgão para transplante, visando a cobertura dos custos desta actividade e a melhoria das tecnologias dos serviços envolvidos.

O anúncio foi feito, no dia 23, pela ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, na sessão solene do 3º Dia Europeu da Doação e Transplantação de Órgãos que se realizou em Lisboa.

Para a ministra, o «aumento do preço por colheita» de órgão representa um «estímulo financeiro à colheita» que permitirá «um aumento permanente do número de transplantações».

O aumento deste subsídio vai permitir que Portugal não perca o «comboio da evolução tecnológica» em especial na área da transplantação «onde já atingimos um grau bastante importante de evolução» adiantou Manuela Arcanjo.

«Portugal tem tido uma evolução muito positiva em relação ao número de transplantações efectuadas por milhão de habitantes, nomeadamente em relação ao rim e ao fígado, sem descurar a qualidade, estando por isso a par do que de melhor se faz na Europa e no Mundo», referiu a ministra.

De acordo com Manuela Arcanjo, em 1999 foram realizados em Portugal 1137 transplantes de rim, fígado, coração, medula e córnea, entre outros, nos 16 hospitais e institutos do Serviço Nacional de Saúde que dispõem dos serviços habilitados na área da transplantação.

### TRABALHO E SOLIDARIEDADE

Os lares de idosos das várias instituições de solidariedade, quer sejam da rede pública ou privada, vão passar a dispor de uma «certificação» da Segurança Social, a partir de Novembro.

O anúncio foi feito por Rui Cunha, secretário de Estado adjunto do ministro do Trabalho e Solidariedade, durante uma deslocação, sábado, a Alcains, onde decorreu o IX Convívio Distrital de Idosos, com a presença de quatro mil pessoas que são assistidas nas diversas instituições do distrito de Castelo Branco.

Segundo Rui Cunha, a certificação dos lares de idosos vai ter «benefícios directos para todos» e incentivar as restantes instituições a adoptar um padrão de qualidade.

«Entendemos que a qualidade é uma das prioridades a que os nossos concidadãos mais idosos têm direito. A certificação vai ser rigorosa e daí advirão benefícios para as instituições certificadas», adiantou.

No distrito de Castelo Branco, cerca de 23,3 por cento dos habitantes tem mais de 65 anos, o que significa uma população aproximada de 47 mil pessoas.

## CONSELHO DE MINISTROS

### Reunião de 21 de Setembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Resoluções que ratificam 15 deliberações de Assembleias Municipais relativas à criação de polícias municipais (aprovação dos respectivos regulamentos de organização e funcionamento e quadros de pessoal) e que aprovam os contratos programa a celebrar entre o Governo e cada um dos seguintes municípios: Amadora, Braga, Vila Nova de Gaia, Gondomar, Guimarães, Maia, Matosinhos, Póvoa do Varzim, Sintra, Paços de Ferreira, Vila do Conde, Aveiro, Cascais, Coimbra, e Oeiras;
- Um decreto-lei que autoriza as instituições de crédito a destruir originais de cheques, letras de câmbio e outros documentos que devem permanecer nos arquivos, desde que, previamente, sejam observados determinados procedimentos, de recolha de imagem respectiva e findo determinado prazo de guarda;
- Um decreto-lei que define o regime de alienação dos imóveis de habitação social dos Serviços da Guarda Nacional Republicana aos respectivos beneficiários;
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica da Polícia Judiciária, encerrando o processo de reestruturação das forças e serviços de segurança iniciado em 1995;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprova a Lei Orgânica do XIV Governo;
- Um decreto-lei que regulamenta a marcação do preço, na unidade escudo ou nas unidades escudo e euro, nas embalagens das especialidades farmacêuticas durante o período transitório de implementação do euro;
- Um decreto-lei que regulamenta a Lei que estabelece o quadro geral da rede pública de casas de apoio às mulheres vítimas de violência;
- Um diploma que altera os artigos 33.º e 34.º do decreto-lei que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2000;
- Um diploma que altera o artigo 2º do decreto-lei que aprovou a quinta fase do processo de privatização do capital social da Portugal Telecom, SA;
- Um decreto-lei que aprova os Estatutos do Instituto Português da Qualidade;
- Um decreto-lei que aprova a lei orgânica do Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprova o classificador económico das receitas e despesas públicas;
- Um decreto-lei que altera o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos;
- Um diploma que revoga o decreto que sujeitou ao regime obrigatório de guias o trânsito de ramos de açúcar e melaços;
- Um decreto-lei que regula a protecção dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional;
- Um decreto-lei que permite ao Instituto para a Inovação na Formação (Inofor) celebrar contratos administrativos de provimento a fim de se dotar com os meios humanos necessários à prossecução das suas distribuições de suporte ao sistema nacional de formação;
- Um decreto-lei que transpõe para o ordenamento jurídico interno as que fixam as regras complementares do decreto-lei que estabelece normas de produção e comercialização de materiais de propagação de plantas ornamentais;
- Um decreto-lei que transpõe para o ordenamento jurídico nacional a directiva europeia que estabelece as normas relativas às condições de polícia sanitária que regem o comércio intracomunitário e as importações provenientes de países terceiros de aves de capoeira e ovos de incubação;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 121/98, de 8 de Maio, com a redacção que lhe foi dada pelo decreto-lei n.º 363/98, de 19 de Novembro, e transpõe para o ordenamento jurídico interno a comunitária relativa à aproximação das legislações dos Estados membros sobre aditivos alimentares com excepção dos corantes e edulcorantes;
- Um decreto-lei que transpõe para o ordenamento jurídico interno a directiva europeia relativa aos alimentos à base de cereais e aos alimentos para bebés destinados a lactentes e crianças jovens;
- Um decreto-lei que transpõe para o ordenamento jurídico interno a directiva comunitária relativa às fórmulas para lactentes e às fórmulas de transição;
- Um decreto-lei que transpõe para o ordenamento jurídico interno a directiva europeia relativa aos géneros alimentícios destinados a uma alimentação especial;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, a convenção n.º 181, da Organização Internacional do Trabalho, sobre as Agências de Emprego Privadas;
- Uma proposta de resolução que aprova para ratificação a Convenção-Quadro para a Protecção das Minorias Nacionais, aberta à assinatura em Estrasburgo, em 1 de Fevereiro de 1995;
- Um decreto que aprova o acordo entre a República Portuguesa e a República do Paraguai sobre supressão de vistos para titulares de passaportes diplomáticos, oficiais e especiais assinado em Lisboa em 25 de Novembro de 1999;
- Um decreto que aprova, para adesão, a convenção relativa à ajuda alimentar de 1999, entre a Comunidade e os seus Estados membros, a Argentina, a Austrália, o Canadá, os Estados Unidos da América, o Japão, a Noruega e a Suíça, feita em Londres aos 13 de Abril de 1999;
- Um decreto que aprova o acordo entre a República Portuguesa e a República da Turquia sobre supressão de vistos para titulares de passaportes diplomáticos, assinado em Ancara a 14 de Março de 2000;
- Um decreto que aprova o protocolo entre Portugal e os Estados Unidos da América sobre o processo de deportação de cidadãos portugueses dos Estados Unidos da América e de cidadãos americanos de Portugal;
- Uma resolução que extingue a Comissão Interministerial sobre Macau;
- Uma resolução que ratifica parcialmente o Plano Director Municipal de Salvaterra de Magos;
- Uma resolução que nomeia para o cargo de vogal do Conselho directivo do Instituto de Seguros de Portugal, Rodrigues Fernandes Homem de Lucena.

## SOCIALISTAS DEFENDEM LIVRO VERDE SOBRE RISCOS

Aprovar medidas de combate a factores de risco na adolescência e na juventude é o objectivo central de um projecto de resolução elaborado pelos deputados do JS Mafalda Troncho, João Sequeira, João Pedro Correia e Ana Catarina Mendes. Segundo dos autores do projecto, «os adolescentes e jovens portugueses defrontam hoje quatro grandes áreas em que se expressam os factores e comportamentos de risco que exigem uma resposta adequada por parte dos poderes públicos e da sociedade». Essas quatro áreas de factores e comportamentos de risco são os «distúrbios alimentares, a mortalidade por causas externas, o consumo de álcool, tabaco e outras substâncias, e os problemas de saúde mental». Além de um amplo debate aberto a toda a sociedade portuguesa e no qual intervenham especialistas e estruturas directamente relacionadas com estas temáticas, os quatro deputados do JS defendem a elaboração de um livro verde que defina as necessidades de diagnóstico, que crie metodologias e que aponte soluções na sequência de uma avaliação exaustiva das necessidades. Esse livro verde deverá prever uma área de investimento na investigação epidemiológica dos determinantes da

saúde, através da realização de estudos nacionais sobre a prevalência dos diferentes factores de risco. Uma segunda área do livro verde poderá incidir sobre o reforço dos serviços de saúde, de educação, de segurança social e das organizações não governamentais, para a criação de unidades anti-tabágicas em pelo menos um hospital por região, a instalação de unidades «anticonsumidores excessivos (alcoólicos)», a presença de um nutricionista e um psicólogo em pelo menos um centro de saúde por concelho, a criação para o apoio a alunos nas universidades e o aumento do número de psicólogos nas escolas. O livro, segundo os deputados socialistas, também deverá apostar na prevenção primária, através da «definição de estratégias para o combate ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas», onde uma das metas principais é a limitação da oferta e a inscrição nos manuais escolares de alertas sobre os riscos derivados de dietas e consumo excessivo de álcool. Para os deputados, o livro verde também terá de prever a promoção de iniciativas que envolvam de forma integrada todos os sectores onde os jovens se inserem (família, amigos, escola, clubes desportivos e associações juvenis).

VISITE O SITE DO PARTIDO SOCIALISTA



<http://www.ps.pt>

## A URGENTE E NECESSÁRIA REFORMA FISCAL



«É com firmeza, lucidez e determinação que nos empenhamos para que todo o processo de reforma fiscal avance como um indispensável instrumento de desenvolvimento de uma sociedade mais justa e mais solidária. Como deputados socialistas, como parlamentares da República, continuaremos a participar neste processo como parte do indeclinável mandato que os eleitores nos confiaram», disse Joel Hasse Ferreira, no dia 21, na Assembleia da República.

Numa intervenção durante o debate da interpeleção do Bloco de Esquerda sobre matéria fiscal, o deputado socialista considerou este assunto de «extrema actualidade não só em Portugal, como em toda a União Europeia», tendo deixado bem claras um conjunto de posições e de avaliações nas diferentes vertentes. No que respeita à questão da fiscalidade dos combustíveis, «um debate incontornável na actualidade», Joel Hasse Ferreira salientou, entre outros aspectos, que «a evolução da cotação do euro face ao dólar agrava a situação», acrescentando que «enquanto não existirem mecanismos de mais eficaz coordenação económica à escala da União Europeia, uma negociação político-económica forte com a OPEP torna-se difícil». Quanto ao IRS, lembrou que o governo

do PS «diminuiu a sua incidência sobre os grupos sociais mais desfavorecidos, por diversa vezes, em orçamentos sucessivos». Sobre o IRC, salientou que em cinco anos «diminuiu a um ritmo que nunca o PSD foi capaz de imprimir». Para o deputado do PS, numa perspectiva de desenvolvimento solidário, «interessa sofisticar mais a repartição de impostos nas regiões, de forma a privilegiar as áreas menos desenvolvidas economicamente, facilitando a inserção de empresas nessas zonas e regiões».

### Fraude e evasão fiscais

Relativamente à luta contra a evasão e a fraude fiscais, Joel Hasse Ferreira realçou a reentrada nestes últimos cinco anos no circuito fiscal «de centenas de milhares de cidadãos e famílias e contribuintes, a recuperação para a actual receita fiscal de parte da riqueza gerada por milhares e milhares de empresa», ao contrário do que se verificou durante o consulado cavaquista. «O PS conduziu, a partir do Governo e do Grupo Parlamentar, um conjunto significativo de alterações, que permitiram arrecadar mais receita, diminuir as fraudes, criar métodos e sistemas para as impedirem, combater a evasão e tornar o sistema gradualmente mais justo e mais equilibrado», disse. **J. C. CASTELO BRANCO**



## Medeiros Ferreira sai da direcção do GP/PS

O camarada Medeiros Ferreira, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, vai abandonar a direcção do Grupo Parlamentar do PS (GP/PS). A saída do actual presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus foi confirmada no dia 25 de Setembro pelo líder da bancada socialista, Francisco Assis, que adiantou também a entrada do ex-secretário de Estado do Comércio, Osvaldo de Castro, para a sua equipa na presente sessão legislativa. Com a saída do camarada Medeiros Ferreira, Francisco Assis será forçado a substituir pelo menos quatro nomes, uma vez que José Magalhães, José Junqueiro e Carlos Zorrinho foram chamados a desempenhar funções em secretarias de Estado do Governo de António Guterres.



BRUXELAS

Seguros

## COMISSÃO EUROPEIA QUER CRIAR REGISTO DE MEDIADORES DE SEGUROS

A Comissão Europeia (CE) anunciou no dia 25 que pretende criar um sistema de registo dos mediadores de seguros, com base em requisitos como a sua aptidão para o exercício da profissão.

Este é o grande objectivo de uma proposta de directiva agora adoptada, através da qual a CE visa melhorar o funcionamento do mercado interno ao nível da actividade seguradora.

Em comunicado, Bruxelas destacou que visa melhorar o exercício das liberdades de estabelecimento e de prestação de serviços para os mediadores de seguros, assim como, garantir um nível de protecção elevado aos interesses das pessoas seguradas.

Em última análise, a CE pretende instaurar um mercado único de serviços financeiros por grosso, modernizar as regras prudenciais e de supervisão, bem como, assegurar que os mercados de retalho sejam acessíveis fiáveis para os consumidores.

### Protecção dos interesses dos segurados

«Os mediadores de seguros são um elemento essencial das vendas de produtos da área dos seguros na UE. Desempenham (...) um papel crucial na protecção dos interesses dos segurados», destacou a propósito o comissário responsável pelo Mercado Interno, Frederiks Bolkestein.

Caso a proposta venha a ser aprovada pelos Quinze, será substituída a legislação em vigor para esta classe profissional desde 1997.

A CE salienta, ainda, que a sua proposta define regras mínimas, que se reportam à aptidão dos que pretendem exercer esta profissão, podendo os Estados-membros fixar regras mais restritivas para a inclusão dos profissionais no referido registo.

As regras do mercado interno dos seguros já estão definidas quanto às companhias de seguros desde Julho de 1994.

PARLAMENTO EUROPEU

Protecção dos dados pessoais

## SÉRGIO SOUSA PINTO DEFENDE CRIAÇÃO DE UMA AUTORIDADE EUROPEIA ÚNICA

Atento às potenciais situações de desprotecção e de ameaça aos direitos individuais dos cidadãos, criadas pela crescente complexidade da sociedade e da vida económica, o eurodeputado socialista Sérgio Sousa Pinto fez no dia 20, na sessão plenária do Parlamento Europeu (PE), uma intervenção em que apelou à criação de uma autoridade europeia única em matéria de controlo da protecção dos dados pessoais nos países da União Europeia.

A intervenção do eurodeputado socialista foi feita durante a discussão do relatório do PE sobre uma iniciativa da presidência portuguesa tendo em vista a criação de um secretariado único para as três autoridades comuns de controlo da protecção de dados actualmente existentes na União (relatório Hernández Mollar).

### Liberdades individuais

Sérgio Sousa Pinto considera esta proposta como uma «solução exequível, que



minoraria os inconvenientes decorrentes da existência de três autoridades comuns de controlo de dados no espaço da UE, mas que, todavia, deveria ser levada um pouco mais além»

Nesse sentido, o eurodeputado socialista apoia a sugestão do relator deste documento do PE para a criação, não apenas de um secretariado único, mas, sobretudo, de uma autoridade única, que tutele de uma forma mais coordenada e eficaz o respeito pelas liberdades individuais dos cidadãos e pela sua vida privada.

TIMOR-LESTE

Sérgio Vieira de Mello afirma

## ENTREGA VOLUNTÁRIA DE ARMAS DAS MILÍCIAS FOI FARSA

O administrador transitório da ONU em Timor-Leste, Sérgio Vieira de Mello, afirmou no dia 25 que a tentativa de as autoridades indonésias de persuadirem as milícias a entregarem as suas armas acabou por ser «uma farsa».

Vieira de Mello comentava os acontecimentos de domingo em Atambua, Timor Ocidental, onde elementos das milícias se envolveram em confrontos com as autoridades indonésias e acabaram por recuperar muitas das armas que supostamente teriam entregado voluntariamente.

«Não acredito que as milícias entreguem voluntariamente as armas de guerra, as G3, as SKS, as M-16 e as granadas», afirmou o administrador das Nações Unidas, que já tinha levantado dúvidas quanto às acções de «persuasão» que terminam na terça-feira, prazo a partir do qual os indonésios disseram que vão «confiscar» as armas às milícias e adoptar «medidas repressivas».

Sérgio Vieira de Mello seguiu no dia 25 para Nova Lorque, com o objectivo de informar o Conselho de Segurança da ONU sobre a actuação da administração transitória em Timor-Leste.

Numa cerimónia realizada no domingo em Atambua, onde estiveram observadores da



ONU a convite do governo indonésio, os ânimos exaltaram-se quando a vice-presidente indonésia, Megawati Sukarnoputri, se recusou a falar sobre o futuro dos membros das milícias pró-integração que estão em Timor-Ocidental. Uma multidão enfurecida rodeou o posto da polícia de Atambua, numa atitude hostil aos observadores das Nações Unidas, relatou a porta voz da administração transitória, Bárbara Reis, salientando a «insegurança óbvia» em que os funcionários da ONU acabaram por ficar, sem que a polícia ou o exército indonésio tenham feito «o suficiente» para deter os manifestantes ou impedir que as milícias acabassem por recuperar as armas.

Sérgio Vieira de Mello afirmou que «se não foi uma encaenação deliberada, acabou parecendo», acrescentando que não são as armas de fabrico artesanal que foram apresentadas pelas autoridades indonésias que interessam, mas as armas de guerra que voltaram para as mãos das milícias pró-integração.

### Difícil acreditar nas promessas dos indonésios

O presidente do Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT/Congresso Nacional), Xanana Gusmão, disse também que depois do que se viu no domingo em Atambua, «é difícil acreditar» nas promessas dos indonésios.

«Espero que o Conselho de Segurança das Nações Unidas tome nota do que aconteceu», disse Xanana Gusmão, dizendo esperar que os países reticentes em adoptar medidas mais duras contra a Indonésia mudem de ideias.

Para o presidente do CNRT/Congresso Nacional, é claro que os militares indonésios «não têm capacidade ou não querem» tomar medidas sérias para desactivar as milícias. «Ver para crer» continua a ser a regra da administração das Nações Unidas para

avaliar a sinceridade do Governo indonésio em desmantelar as milícias.

Esta continua a ser a condição essencial dos organismos humanitários para o regresso a Timor Ocidental, para apoiarem os 120 mil refugiados.

Xanana Gusmão recordou que antes do referendo em Timor-Leste no ano passado, as milícias entregaram as armas de fabrico artesanal mas ficaram com as armas de guerra, com as quais espalharam depois uma onda de violência pelo território após o voto popular ter dado a vitória à independência.

Segundo Bárbara Reis, os observadores da ONU que se deslocaram a Atambua viram amontoadas numa pilha muitas armas de fabrico artesanal entregues à polícia indonésia, entre as quais estavam algumas armas automáticas.

Quando Megawati Sukarnoputri acabou de discursar e se recusou a falar com representantes das milícias, o chefe da milícia Aitarak, Eurico Guterres, que estava no interior do posto de polícia, começou aos gritos, atirando cadeiras ao ar e indo buscar a sua arma ao monte, gesto imitado por muitos dos que rodeavam a estação da polícia, sem que as autoridades intervissem para os impedir.

DEFESA

Guterres admite

## PORTUGAL PODE «EMAGRECER» PARTICIPAÇÃO NA BÓSNIA E KOSOVO

O primeiro-ministro afirmou no dia 25 que Portugal está a equacionar as diversas formas de manter a posição solidária junto dos aliados nas acções que desenvolve na Bósnia e no Kosovo, mas em termos mais compatíveis com as possibilidades do País. «O que está em causa não é o orçamento deste ou daquele ministério, mas sim a possibilidade que o país tem de, em função da sua dimensão e economia, se envolver em acções no exterior que são extremamente relevantes mas extremamente custosas», sublinhou António Guterres. O primeiro-ministro comentava as declarações do ministro da Defesa, Castro Caldas, que em entrevista à RTP afirmou que «se no próximo Orçamento de Estado as verbas para a defesa não aumentarem, Portugal arrisca-se a diminuir a presença em algumas frentes internacionais». «É natural que tendo Timor como prioridade, estejamos a equacionar em relação ao próximo ano qual o grau de



envolvimento que teremos nos diversos cenários», acrescentou o primeiro-ministro. Guterres salientou que Portugal está a realizar um esforço de envolvimento solidário que «não tem paralelo no mundo», dada a dimensão do País.

### Timor é prioridade

O que está a ser feito em Timor representa «um enorme desafio à nossa própria capacidade que terá de ter reflexos no dimensionamento das nossas acções no seu conjunto», acrescentou. «Timor é uma prioridade que não pode ser posta em causa e os últimos acontecimentos demonstram a extrema importância da presença das forças portuguesas no território», frisou. O primeiro-ministro falava durante uma visita que efectuou a dois estabelecimentos de ensino pré-escolar, um público na Maia e outros de uma instituição particular de solidariedade social no Porto.

SEGURANÇA

Aniversário da GNR

## BRIGADA FISCAL EQUIPADA COM LANCHA RÁPIDA

O primeiro-ministro, António Guterres, presidiu, no passado dia 23, em Vila Real de Santo António, às comemorações do sétimo aniversário da Brigada Fiscal da GNR e à entrega daquela força policial da primeira lancha rápida de vigilância e interceptação. Acompanhado pelo ministro da Administração Interna e secretários de Estado da Presidência do Conselho de Ministro, da Administração Interna e das Pescas, Guterres sublinhou na sua intervenção que a droga «é o inimigo público número um e o tráfico um verdadeiro crime contra a humanidade». «Combater o narcotráfico é um dever da sociedade e a Brigada Fiscal tem desempenhado um papel significativo no combate ao tráfico», disse o chefe do executivo socialista, frisando que o volume das apreensões de diversas drogas feitas este ano pela Polícia Judiciária oscila entre o dobro e o quádruplo registado no ano transacto. Para o primeiro-ministro, a lancha entregue à Brigada Fiscal vem colmatar uma necessidade sentida pela força de segurança para efectuar uma fiscalização eficaz da costa portuguesa. A lancha, baptizada por Maria José Ritta como «Ribamar» – construída no estaleiro português da empresa Conafi –, é a primeira



de uma série de 12 patrulhas atribuídas pelo Governo à Brigada Fiscal, cujo contrato ascende a mais de três milhões de contos. A «Ribamar» é destinada à vigilância costeira da Brigada Fiscal e tem um comprimento de 16,4 metros, uma largura de 3,95 metros, um pontal de 2,55 metros e uma deslocação de 17 toneladas.

Assim como as restantes lanchas em construção, a referida embarcação possui dois motores MTU de 1150 cavalos força (HP), munidos cada um com de jactos de água, podendo atingir uma velocidade de cruzeiro de 25 nós.

O seu interior, habilitado para seis tripulantes, dispõe de serviços de cozinha, sanitários, quatro beliches, contando ainda como armamento de um canhão lança-granadas com alcance de 2200 metros.

A construção da primeira patrulha iniciou-se em Janeiro deste ano, contemplando o contrato assinado entre a empresa construtora e a GNR a entrega de 12 lanchas num prazo de 25 meses.

De acordo com António Guterres, a entrega da primeira lancha efectuou-se passados oito meses após o início da construção, prevenindo-se que a segunda seja entregue dentro de dois meses e as restantes a um ritmo de duas embarcações em cada três meses até Janeiro de 2002.

## CIDADES NÃO CONTEMPLADAS PODEM VOLTAR A CONCORRER

O ministro do Ambiente anunciou sábado, dia 23, em Vila Real, que o programa Polis vai ter uma segunda fase em 2001 destinada a localidades que já apresentaram a sua candidatura e não foram contempladas no primeiro grupo de 18 cidades.

«Vai haver uma segunda fase para o ano, em que algumas das propostas e candidaturas que recebemos vão ser consideradas, mas agora a nossa preocupação é pôr em marcha os 18 projectos que escolhemos», afirmou José Sócrates.

O governante, que falava após a assinatura do contrato entre o Estado e a autarquia de Vila Real, considera que estes 18 projectos «de primeira linha», «vão marcar uma nova vida para as cidades e mostrar aos portugueses que é preciso uma nova política para as cidades».

O ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território confirmou ainda que Chaves, o segundo pólo urbano do distrito de Vila Real, será um dos projectos a integrar na segunda fase do Polis.

«Chaves é uma das cidades que já nos apresentou a sua candidatura, mas também é importante dizer que há outros fundos



comunitários que servirão para o financiamento de projectos de requalificação urbana», referiu. Sócrates salientou que Chaves «tem um projecto muito bonito e interessante», acrescentando que se trata de «uma cidade de muito carácter».

«Aquele rio [Tâmega] dá-lhe uma identidade diferente e precisa de ser integrado, valorizado, posto ao serviço dos cidadãos, pelo que consideraremos a sua candidatura numa segunda fase», frisou.

Segundo o governante, os objectivos essenciais do Programa Polis são «melhorar

a qualidade de vida dos cidadãos que vivem nas cidades» e «dar maior capacidade de transformar as cidades portuguesas em cidades mais dinâmicas, mais competitivas, com maior capacidade de afirmação e, no fundo, contribuir para o desenvolvimento do País».

O Polis Vila Real, programa da cidade de Vila Real no âmbito do Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental (Polis) para requalificação de espaços urbanos ou zonas industriais degradadas, é o sexto projecto a ser apresentado, depois de Viana do Castelo, Viseu, Bragança, Beja e Matosinhos.

A requalificação das margens do rio, de forma a criar condições para a utilização pela população, e a reabilitação da antiga zona industrial, com a criação de um Parque Urbano, são duas das intervenções a desenvolver em Vila Real, onde vão ser investidos cerca de 7,5 milhões de contos até Março de 2004.

Nos termos do programa, o Parque Urbano poderá estender-se mais tarde até às margens do Corgo, fazendo a ligação entre as duas intervenções.

Para montante, o verde das margens do rio fará a ligação ao Parque Florestal, acabando

no Parque D'Além Rio.

No centro histórico da cidade estão também previstas algumas intervenções para permitir uma melhor gestão do tráfego automóvel. Assim, a circulação e o estacionamento deverão ficar condicionados, podendo também vir a ser construído um túnel que desvie o trânsito do centro e da superfície. Prevista está também a construção de uma nova Central de Camionagem e de um teleférico que ligará o centro da cidade ao núcleo universitário.

A gestão das intervenções previstas no Polis de Vila Real será feita pela «Vila Real Polis», sociedade que tem como accionistas o Estado (60 por cento) e a autarquia local (40 por cento).

O Polis envolve fundos comunitários do terceiro Quadro Comunitário de Apoio, do Orçamento do Estado e das autarquias, no valor de 160 milhões de contos, prevendo-se que esteja concluído em 2003.

Das duas primeiras fases do Polis fazem parte, além de Vila Real, as cidades de Viana do Castelo, Coimbra, Leiria, Viseu, Vila do Conde, Porto, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Castelo Branco, Cacém, Almada, Aveiro, Albufeira, Covilhã, Guarda e Bragança.

## MAIS CRIANÇAS ABRANGIDAS EM 2001

O primeiro-ministro disse, no dia 25, no Porto, que o objectivo do Governo é criar condições para que 90 por cento das crianças de cinco anos tenham acesso à educação pré-escolar até final de 2001.

«O investimento no apoio às crianças e famílias é essencial para o País e para a realização humana das crianças», sublinhou António Guterres no final de uma visita a dois estabelecimentos de ensino pré-escolar na Maia e no Porto para assinalar simbolicamente o início do ano lectivo neste grau de ensino.

O chefe do Executivo referiu a sua experiência pessoal para justificar «esta insistência, quase obsessão» com o pré-escolar.

«Quando era jovem trabalhei num bairro de lata (Quinta do Bacalhau), em Lisboa, onde foi criado um equipamento pré-escolar. Realizámos um estudo que demonstrou que as crianças que o frequentavam tinham muito mais êxito do que aquelas que não tinham qualquer apoio», disse.

«Por isso – acrescentou – sempre senti que, se queríamos um País justo, era necessário levar a pré-escola a toda a população.»

O aumento global da oferta de educação

pré-escolar visa abranger 90 por cento das crianças com cinco anos (actualmente é de 72 por cento), 74 por cento das de quatro anos e 60 por cento das de três anos, promovendo a articulação

institucional entre os Ministérios da Educação e da Solidariedade.

Guterres considerou que só com a colaboração entre Governo, autarquias e instituições de solidariedade social (IPSS)

será possível criar condições de «igualdade de oportunidades» para todas as crianças. O ministro da Educação, que acompanhou o primeiro-ministro, defendeu também a «pluralidade de parceiros e concertação de esforços» para incrementar não só a componente educativa como também a componente social e de apoio às famílias e garantiu «um reforço significativo» dos meios financeiros a atribuir às IPSS.

Acompanhado também pelos ministros da Presidência e da Solidariedade, António Guterres visitou o Agrupamento de Escolas da Maia (jardim-de-infância e primeiro ciclo), já abrangido pelo novo regime de autonomia, administração e gestão de escolas.

No Porto, o governante visitou o jardim de infância da Obra Diocesana de Promoção Social, no Bairro da Pasteleira. Este estabelecimento possui três salas de actividades e desenvolve, não só a componente educativa, mas também a componente social: refeições e prolongamento, tendo celebrado um acordo de cooperação com os Ministérios da Educação e da Solidariedade para financiamento das suas actividades.



## INTERVENÇÃO NO EURO NÃO ALTERA POLÍTICA DE JUROS

**A** intervenção concertada dos três maiores bancos mundiais do Mundo não vai alterar a atitude do BCE em relação à política de taxas de juro, disse no dia 24, em Praga, Vitor Constâncio, governador do Banco de Portugal.

Vitor Constâncio, governador do Banco de Portugal e membro do Conselho de Governadores do Banco Central Europeu (BCE), falava aos jornalistas à margem dos encontros que mantêm na capital da Republica Checa, a antecederem a 55ª reunião anual do Fundo Monetário Internacional/BM.

«Não há razões para alterar as expectativas de formação das taxas de juro do BCE», depois da intervenção de sexta-feira, disse o ex-líder do PS Vitor Constâncio.

Analistas chegaram a sugerir que se a compra maciça de euros contra dólares



e as restantes principais divisas mundiais chegassem a inverter a tendência de depreciação da moeda única, os banqueiros de Frankfurt deixariam de estar tão pressionados para aumentar as taxas e, assim, conter a inflação.

Tais perspectivas, sugere agora Vitor Constâncio, não são correctas.

As observações feitas por Vitor Constâncio explicitam assim aquilo que tem sido a «doutrina» mais recente do BCE, segundo a qual os apertos monetários são decididos em função da tendência da inflação a médio prazo e não visam conter pressões sobre os preços originadas na evolução do câmbio ou do custo de bens mais voláteis, como o petróleo.

### Críticas às políticas de alívio fiscal

Em relação aos mercados petrolíferos,

Vitor Constâncio teceu críticas implícitas às políticas de alívio fiscal que alguns países europeus têm anunciado para supostamente atenuar o efeito da subida dos combustíveis no consumidor.

«Se todos os países baixarem os impostos sobre os combustíveis a procura do petróleo aumentará e, dessa forma, também os preços», disse Vitor Constâncio.

O governador do Banco de Portugal reafirmou assim a perspectiva já anteriormente defendida pela Comissão Europeia, segundo a qual baixas de impostos sobre os combustíveis na actual conjuntura de mercado em que a oferta é limitada só conduzem a transferências de rendimentos para os países produtores de crude, sem se traduzirem em efectivos alívios na bolsa das famílias e nas contas das empresas dos países produtores.

## INCENTIVO À MODERNIZAÇÃO

**U**m total de 66 jornais regionais e 52 rádios locais vão receber este ano um subsídio estatal relativo ao incentivo à modernização tecnológica, cujo total ascende a 576 mil contos.

Os incentivos, no valor de perto de 262 mil contos para os jornais e 315 mil contos para as rádios, foram aprovados pela Secretaria de Estado da Comunicação Social e serão distribuídos em breve pelo Instituto da Comunicação Social.

O diário vespertino «A Capital», com um incentivo de perto de oito mil contos, e a Rádio Voz de Basto, de Cabeceiras de Basto (Braga), que receberá pouco mais



de nove mil contos, são os primeiros das listas dos contemplados com o incentivo relativo a 2000.

Destinado a equipamentos (informáticos, de telecomunicações, reportagem, gráficos e de radiodifusão sonora) e a acções de formação associadas à aquisição do material, o incentivo representa 50 por cento do investimento feito pelas empresas e tem como valor máximo os dez mil contos.

Em relação a 1999, o valor total do incentivo quase que duplicou (passou de 315 mil contos para 576 mil contos), tendo este ano beneficiado do subsídio mais 25 jornais regionais e 21 rádios locais.

No caso dos jornais, são privilegiados os de maior periodicidade e com maior número de trabalhadores ligados à informação, bem como os que não foram beneficiados nos últimos cinco anos.

Em relação às rádios, têm prioridade as dos concelhos com menor desenvolvimento.

O incentivo começou a ser atribuído em 1986 aos jornais regionais e até 1999 um total de 680 daqueles periódicos recebeu 2.492 milhões de contos. No caso das rádios locais, o subsídio é atribuído desde 1997, tendo até 1999 beneficiado 108 rádios com um total de 545 mil contos.

# O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTEs CONTAS:

- Nova Rede** - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005
- CGD** - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097
- BES** - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278





### Albufeira

#### Câmara aprova contrato-programa

A Câmara Municipal de Albufeira deliberou recentemente aprovar o contrato-programa com a Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve.



O contrato-programa visa a execução de um programa na área da formação e valorização dos recursos humanos.

Por parte da Fundação vão ser desenvolvidas actividades de âmbito científico, tecnológico, cultural e outras, no País, e, em particular, na região algarvia, através de acções que envolvam a Universidade do Algarve.

### Fafe

#### Câmara desafia proprietário a apresentar proposta fundamentada

A Câmara Municipal de Fafe desafiou no passado dia 14 o proprietário do Teatro-Cinema de Fafe a apresentar à autarquia uma «proposta escrita e devidamente fundamentada do preço pretendido e das condições de pagamento» para a alteração daquele imóvel.



Na reunião da Câmara, o presidente da edilidade, face às dúvidas levantadas por alguns sobre as intenções da autarquia relativamente ao Teatro-Cinema, apresentou aos seus pares um memorando em que se refere as principais diligências efectuadas junto do proprietário classificado «imóvel de interesse público», juntando fotocópias dos respectivos ofícios.

### Famalicao

#### Câmara vai investir 120 mil contos em projectos sociais

A Câmara de Famalicao viu aprovado um apoio financeiro de 120 mil contos do programa de Luta Contra a Pobreza para o projecto «Teia», que visa promover o desenvolvimento das populações mais carenciadas do concelho.



Num comunicado, a autarquia refere que a população abrangida por este projecto é considerada de risco, enquadrando-se no conceito de nova pobreza.

O programa visa apoiar beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido, desempregados, famílias monoparentais, membros de minorias étnicas, jovens em risco e pessoas em situação de marginalidade ou pré-marginalidade.

O projecto incluirá intervenções de motivação ao cumprimento da escolaridade obrigatória, formação básica, alfabetização, formação pré-profissional, integração em estruturas de apoio, promoção de melhorias habitacionais e recuperação de fogos degradados, educação e gestão doméstica e dinamização do associativismo.

A Câmara de Famalicao adiantou ainda que no período de férias, entre Julho e Setembro, lançou 32 novas obras num investimento total de quase 880 mil contos (4,4 milhões de euros).

Segundo a autarquia, estas obras, lançadas em várias freguesias do concelho, adquirem «especial realce se se atender a que surgem em período de férias, altura que se associa de forma simplista a uma diminuição do trabalho».

### Faro

#### Remodelação do Museu Municipal

A Câmara Municipal de Faro lançou o concurso para remodelação e ampliação do Museu Municipal da cidade.

A intervenção prevê a criação do maior núcleo museológico a sul do Tejo.

Decorre neste momento a fase de selecção da equipa que ficará responsável por levar a cabo um dos mais ambiciosos projectos da autarquia, o projecto de remodelação e ampliação do Museu Municipal da cidade.

### Macedo de Cavaleiros

#### Concurso Nacional de Bovinos de Raça Mirandesa

O município de Macedo de Cavaleiros organizou no passado dia 24 de Setembro, um Concurso Nacional de Bovinos de Raça Mirandesa, que decorreu no Parque Municipal de Exposições.

Com este tipo de iniciativas, a autarquia pretende fazer uma apreciação actual da raça mirandesa, estimular e orientar os criadores na produção destes animais, que pelas suas características interessam à economia da região.

### Penha de França

#### Praia para idosos

O projecto «Praia para Idosos», organização do pelouro da Acção Social da Junta de Freguesia da Penha de França, decorreu este ano, mais uma vez, na praia de São João da Caparica.



A iniciativa, em que participaram 50 idosos, divididos em dois turnos, decorreu nas duas primeiras semanas de Setembro.

#### Espaço Multiusos

A Freguesia da Penha de França vai ter um Espaço Multiusos, com uma área de 110 metros quadrados, que permitirá à Junta de Freguesia local dilatar a oferta cultural, em especial junto das camadas mais jovens.

O novo espaço vai ser inaugurado no próximo dia 9 de Outubro, pelas 18 horas.

### Santo Tirso

#### Ação de formação sobre orientação

Subordinada o tema «A velocidade de movimento tem de ser acompanhada pela velocidade de raciocínio», realizou-se no passado dia 18 uma acção de formação sobre orientação.

Esta acção esteve aberta à participação de elementos de clubes e associações desportivas, escolas, agrupamentos de escuteiros, bombeiros voluntários, PSP e GNR.

### Sintra

#### Câmara disciplina circulação de canídeos e felinos na via pública

A autarquia de Sintra quer disciplinar a circulação de canídeos e felinos na via pública.

Assim, já entrou em vigor uma postura municipal sobre esta matéria, que tem por objectivo disciplinar a circulação de canídeos na via pública e salvaguardar, simultaneamente, os direitos daqueles que possuem animais de companhia, bem como de todos os outros que não os tendo têm igualmente direito à manutenção da salubridade e da saúde pública.

#### Aniversário

#### do Museu de Odrinhas

Comemorando a passagem do seu primeiro aniversário, o Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas abriu as suas portas ao público gratuitamente, durante a semana de 13 a 17 de Setembro.

O museu está situado na Av. Dr. Fernando de Almeida, em S. Miguel de Odrinhas, São João das Lampas.

### Vila Real de S. António

#### «Tonecas» visita escolas

Os serviços culturais da Câmara de Vila Real de S. António apresentaram no dia 22 de Setembro, pelas 22 horas, no Centro Cultural António Aleixo, o espectáculo «Show da Noite» protagonizado pelo popular «Menino Tonecas» e pelo seu professor.



Interpretado por Luís Aleluia (o Tonecas), Morais e Castro (o professor) e ainda com a participação de Noémia Costa e Teresa Miguel, «Show da Noite» define-se como «um espectáculo de humor temperado com cantigas».

Antes do espectáculo e durante todo o dia, o «Menino Tonecas» visitou as escolas do 1º ciclo do concelho de Vila Real de S. António.

## PS EM MOVIMENTO

### ALGARVE

#### **Apolinário reeleito**

O camarada José Apolinário foi reeleito sexta-feira presidente da Federação Distrital de Faro do Partido Socialista, em eleições marcadas por um elevado índice de abstenção, superior a 80 por cento.

José Apolinário não teve concorrentes no acto eleitoral, onde também foram eleitas as 16 concelhias do Algarve, igualmente com moções únicas, afectas ao actual secretário de Estado das Pescas.

Sobre o elevado índice de abstenção, José Apolinário reconheceu a existência de «alguma apatia relativamente à vida política», embora tenha sublinhado que tal estado de espírito não é exclusivo dos militantes do PS, «mas de toda a sociedade portuguesa».

#### **PS precisa de um safanão**

O camarada José Apolinário sublinhou a necessidade de se mobilizar o partido para as eleições autárquicas do próximo ano, que o faça «reconquistar o espírito dos Estados Gerais».

«O partido precisa de um safanão do ponto de vista interno, precisa de 12 meses de mobilização interna e também de se virar para o exterior, abrindo-se à sociedade», sintetizou o dirigente socialista.

Sobre a política de alianças para as autárquicas, José Apolinário defendeu que o seu partido se deve apresentar sozinho, «não se precipitando em coligações que seriam um sinal errado para o eleitorado».

Contudo, preconizou que o PS «deve seguir com atenção os movimentos nos partidos de esquerda, designadamente no Partido Comunista (PCP), onde há uma luta feroz entre renovadores e ortodoxos».

Esta foi a terceira reeleição de José Apolinário como principal dirigente do PS/Algarve, cargo em que deverá permanecer até novas eleições em 2002.

Em Outubro, realiza-se o Congresso Regional do partido, onde será eleito o elenco directivo que coadjuvará o actual líder ao longo do próximo biénio.

### COIMBRA

#### **Luis Parreirão eleito**

O camarada Luís Parreirão venceu as eleições para a presidência da Federação Distrital de Coimbra, sucedendo no cargo ao camarada Fausto Correia.

Num sufrágio em que participaram cerca de 4200 militantes socialistas do distrito de Coimbra, o camarada Luís Parreirão venceu por uma margem de três centenas de votos o seu opositor, o camarada Vítor Baptista.

«Uma vitória dentro do partido é sempre uma vitória do PS», declarou o camarada Luís Parreirão, que se mostrou convicto de que os socialistas da Federação de Coimbra estarão unidos em torno das batalhas eleitorais que se avizinham, as eleições presidenciais e autárquicas.

Segundo o camarada Luís Parreirão, o ambiente de certa tensão que marcou os discursos de ambos os candidatos na recta final da campanha para a Federação «está totalmente ultrapassado».

### ÉVORA

#### **Henrique Troncho vence**

Realizaram-se no passado fim-de-semana eleições em todas as secções do PS do distrito de Évora.

O camarada Henrique Troncho foi reeleito presidente da Federação com 97 por cento dos votos.

Todos os delegados eleitos para o Congresso distrital, que se realiza no dia 7 de Outubro, são apoiantes da moção «Évora, 14 concelhos com futuro», que tem como primeiro subscritor o camarada Henrique Troncho.

### LEIRIA

#### **José Miguel Medeiros reeleito**

O camarada José Miguel Medeiros foi reeleito sexta-feira presidente da Federação Distrital de Leiria do Partido Socialista, derrotando o seu opositor, o camarada José Pereira da Silva, por uma diferença de oito por cento.

As eleições decorreram na sexta-feira à noite e contaram com os votos de 1806 militantes socialistas, que reelegeram para os próximos dois anos o deputado José Miguel Medeiros.

Na contagem dos boletins, José Miguel Medeiros venceu em 16 das 23 secções do distrito e teve 1016 votos, enquanto José Pereira da Silva obteve 790 votos.

No discurso de vitória, José Miguel Medeiros defendeu que estes resultados são prova de uma «grande expressão democrática» do partido nestas eleições internas.

### LISBOA

#### **Edite Estrela vence na FAUL**

A camarada Edite Estrela é a vencedora das eleições para a presidência à Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL) do PS, recolhendo 85 por cento dos votos, derrotando por uma larga margem o camarada Armando Ramalho.

«Esta vitória representa um acréscimo de responsabilidade, porque houve muita gente a depositar confiança na minha candidatura», disse Edite Estrela.

Estas eleições na FAUL foram as mais concorridas de sempre. Em relação à candidatura do anterior presidente da FAUL, Jorge Coelho, os números triplicaram.

Apesar das responsabilidades que a esperam, a vencedora garantiu que o seu «empenhamento na FAUL não irá interferir» com as tarefas que tem na Câmara de Sintra. Edite Estrela salientou também que o concelho de Sintra «vai beneficiar» desta sua vitória, uma vez que sempre que falar na Área Metropolitana de Lisboa estará a falar em Sintra e nos seus problemas que se prendem, essencialmente, com as «fracas acessibilidades e ordenamento do território».

#### **Miguel Coelho reeleito na Concelhia**

Na eleição para a Concelhia de Lisboa, o camarada Miguel Coelho teve uma vitória retumbante, tendo obtido 82 por cento dos votos contra 239 da lista de Sílvia Ferreira. O camarada Miguel Coelho ganhou em todas as secções da Concelhia de Lisboa do PS. Para os próximos dois anos, a equipa de Miguel Coelho elegeu como principais objectivos consolidar o projecto do PS como partido de militantes; preparar as eleições autárquicas; e organizar o PS para o combate político, de forma a impedir o regresso da direita ao poder em Portugal.

### PENHA DE FRANÇA

#### **Secretariado eleito**

O Secretariado e a Mesa da Assembleia Geral da Secção da Penha de França foram eleitos no passado dia 20, num sufrágio marcado por uma forte participação dos militantes desta estrutura.

O camarada João Jofre da Fonseca Costa é o secretário-coordenador do Secretariado, que integra os camaradas José Carlos Guerreiro Castelo Branco (Imprensa); Alcino Alfredo Rego (Administração); Artur da Silva Guerreiro (Tesouraria); António Amaral (Organização); Maria Custódia Fernandes (Dinamização); José Carlos Dias Seródio (Mobilização); e Maria Guilhermina Tereno e Maria de Lurdes Lourenço (Assuntos Locais).

Para a Mesa da Assembleia Geral foram eleitos os camaradas Bastos Silva (Presidente) e Maria Helena Neto e José Manuel Calhó (Secretários).

O Secretariado elegeu como prioridades uma ainda maior dinamização da Secção com vista aos próximos combates eleitorais.

### PORTO

#### **Narciso bate Assis**

O camarada Narciso Miranda venceu por uma larguíssima margem as eleições para a presidência da Federação do PS/Porto, ao obter 5279 votos, enquanto o camarada Francisco Assis recolheu 2658 votos.

Narciso Miranda foi reeleito pela quarta vez consecutiva, num escrutínio em que participaram cerca de oito mil militantes, um recorde a nível distrital.

Com esta vitória, o camarada Narciso Miranda vai poder continuar a realizar o notável trabalho que vem desenvolvendo na Federação do Porto.

### VILA REAL

#### **Vereadores do PS criticam Câmara**

Os vereadores do PS na Câmara de Vila Real, no dia 20, numa declaração de voto, relativa ao projecto de construção de um parque de rádio-modelismo, consideram, entre outros pontos, que a modalidade de rádio-modelismo «é um desporto caro praticado por um número restrito de pessoas»; que um parque «é uma estrutura muito cara»; que «não existem ou estão muito degradadas as estruturas do desporto de massas, como o pavilhão multiusos, piscinas, kartódromo», e ainda que as prioridades a nível desportivo do presidente da Câmara estão «completamente invertidas».

Neste contexto, votaram contra a aprovação do projecto e a sua execução.

## **Reunião da Comissão Política Nacional**

Realiza-se hoje, quinta-feira, pelas 21 e 30, na sede nacional do Largo do Rato, uma reunião conjunta da Comissão Política Nacional e do Secretariado Nacional com os presidentes de Federação do PS.

## ÉTICA E POLÍTICA

**P**ese embora as sociedades contemporâneas pareçam cada vez mais dominadas pelos princípios do prazer e da utilidade, é inquestionável que acima desses princípios devem permanecer os princípios morais, ou éticos. Só eles poderão salvaguardar a liberdade própria e alheia, indispensável à sobrevivência do homem como ser eminentemente social.

Porém, um dos lugares da actividade humana que tem sido tradicionalmente considerado, como totalmente independente dos valores éticos, tem sido a política. Já Platão dizia, na «Apologia de Sócrates», que o filósofo tem de se manter afastado da política porque a função do filósofo é eminentemente ética, e como a política seria algo incompatível com a ética, se o filósofo quisesse manter a liberdade e a vida teria de se manter afastado da política.

Por outro lado, Maquiavel, em o «Príncipe», procurou demonstrar que a função do político é a cada passo conflitante com a ética, e que, entre a ética e as necessidades da política, o político deverá escolher as necessidades da política que tem como objectivo o engrandecimento dos Estados e das sociedades. Maquiavel é frequentemente entendido como um pensador que justificou o mal como uma necessidade da prática política.

Penso, no entanto, que as ideias de Maquiavel seriam mais no sentido de sublinhar aquilo que Max Weber viria a designar por ética da responsabilidade, por oposição àquilo que este mesmo designou por ética da convicção. A primeira deveria presidir à acção dos políticos e a segunda à acção dos intelectuais. A ética da responsabilidade teria como fundamento os interesses dos Estados e das sociedades, e a segunda os princípios morais. A ética da responsabilidade deveria presidir à acção dos detentores do poder, e a ética da convicção à acção de quem analisa criticamente, à luz dos princípios morais, a acção de quem governa.

Sou de entender que esta separação é artificial. Cada vez mais a acção de quem governa tem de conciliar a eficácia do exercício do poder com os princípios morais que devem reger os comportamentos dos homens. Para um político não só os fins não justificam os meios, como os meios e os fins escolhidos têm de se basear nos mesmos pressupostos de dignidade e liberdade humanas. Para o homem inteiro e íntegro é necessária a prática daquilo a que Sartre denominou de ética do empenhamento, que deverá completar a ética da responsabilidade e a ética da convicção, a fim de que os homens deixem de ser súditos mais ou menos manipulados pelos vários poderes,

para serem cidadãos que tomem nas suas mãos o seu destino e se empenhem em melhorar a sociedade a que pertencem.

Infelizmente, cada vez vemos os cidadãos alheados da política porque esta se confunde com a melhor forma de alcançar o poder e de o manter. Para isso há não que mobilizar a consciência livre dos cidadãos mas os interesses dos eleitores e dos líderes de opinião. Assistimos assim, cada vez mais, à descrença na prática política pois, para o comum dos cidadãos, os partidos e os dirigentes políticos são todos iguais uns aos outros, e só procuram gerir interesses pessoais ou de grupo.

E a verdade é que a cada passo nos apercebemos de que a gestão da actividade política é uma gestão de interesses, em que, desde o mais anónimo «militante» partidário que procura para ele e os familiares e amigos e empregozinho ou a cunhazinha, ao mais destacado dirigente regional ou local, ou, até às vezes, nacional, em que nos apercebemos que aquilo que pretende é obter através da política o seu emprego ou rentabilizar melhor os seus negócios, todos têm por finalidade não o bem comum mas apenas os interesses próprios.

O resultado de tudo isso é o que se passa na eleição do Presidente da maior potência mundial, os Estados Unidos da América.

Nessa eleição participam apenas 30 por cento dos eleitores. Se o Presidente dos EUA for eleito com 51 por cento dos votos expressos, apenas 15 por cento da nação americana depositou a sua confiança no seu Presidente, e compreendemos então que o mundo está a ser liderado apenas por 15 por cento de eleitores da nação americana que, em grande parte, são dependentes, directa ou indirectamente, dos interesses que o próprio Presidente lidera, e não cidadãos que votam de acordo com a sua consciência livre de que aquele representante constituiu um bem, e o melhor para o seu país.

Ainda não estamos assim na Europa, e, particularmente, em Portugal. Mas se os dirigentes políticos não mudarem a sua prática, incentivando o debate e a crítica honesta e livre dos cidadãos, e estes não participarem e se responsabilizarem cada vez mais no exercício do poder, e reivindicarem o direito ao debate, à crítica livre e honesta, é para aí que caminharíamos.

E, quando assim for, ou cairemos num fascismo mais ou menos encapotado como sucedeu na Áustria, ou, como nos tempos do Império Romano em que a multidão era dominada pelo poder com pão e circo, correremos o risco de passarmos a viver em sociedades de novos escravos.

\*Dirigente PS/Porto

## SOBRE ALGUMAS ÁREAS DA GOVERNAÇÃO



**É** por vezes difícil avaliar os diversos sectores da governação em termos de saber se a orientação é a melhor ou a velocidade de execução a ideal. Mas pelo menos uma coisa é certa: é sempre melhor do que aquilo que dizem os partidos da oposição, que em circunstância alguma reconhecem aspectos positivos da governação, por mais óbvios que eles sejam. Pelo contrário, têm uma verdadeira fixação nas críticas negativas e em descobrir algo que não foi contemplado e deveria ter sido.

Os líderes da oposição fazem sempre tanta pressão em relação a algumas áreas mais sensíveis e apresentam-se com um instinto predador tão forte relativamente a algumas questões, que transformam pequenas coisas em grandes combates, acabando mesmo por criar, por vezes, problemas onde eles não existiam. Acresce que, infelizmente, muitas vezes o desempenho político se mede mais pelo alarido que se consegue fazer em torno das questões (nisto o PP é imbatível) do que propriamente pelo verdadeiro valor das iniciativas e decisões, que os partidos da oposição, por questões de sobrevivência política, quase sempre procuram desvalorizar. Mas em todas as áreas da governação estão a ser tomadas medidas muito importantes para o futuro de Portugal e nem se

compreenderia que fosse de outra forma. Há áreas de que todos falam por serem mais complexas e revelarem muitas vezes fragilidades estruturais facilmente atacáveis. Poderia referir-se, por exemplo, a educação, a saúde ou a segurança social, para citar apenas algumas das que têm estado sob maior pressão, mesmo sendo áreas em que a consolidação e estabilização são visíveis, em que existem projectos claros e não avanços e recuos e em que, por consequência, existem já resultados positivos que só não vê quem por má fé ou má vontade não quiser ver. Obviamente, que há sempre muito por fazer, mas isso não significa immobilismo ou falta de projecto. Pelo contrário. As coisas precisam do seu tempo. Naquelas áreas como em outras, está a ser percorrido um caminho, com coragem e determinação, apesar das resistências de alguns sectores sócio-profissionais instalados, que tantas vezes têm um eco fácil nos partidos da oposição.

Em contrapartida, há áreas que não são tão políticas, sem que por isso sejam menos importantes. Têm, tão-só, outra dimensão. É o caso da cultura, ciência e igualdade, cujas políticas consubstanciam uma profunda mudança no nosso país, porque mexem com os comportamentos e com as mentalidades. E isto não só porque antes dos governos do

PS não existiam, mas sobretudo porque têm sido aplicadas com o rigor e a profundidade de quem sabe o que está a fazer, em que o que importa é realmente a cultura e a ciência por si próprias e não por quaisquer outras razões colaterais.

A importância dada à cultura e à ciência manifestam claramente uma atitude nova no nosso país. É uma inovação a que se juntou no segundo Governo do PS a igualdade, que apesar de incompreendida no início tem vindo a fazer o seu caminho e a revelar a sua importância. A qualidade das políticas implementadas naquelas áreas estão a contribuir decisivamente para a criação de uma mentalidade mais aberta, crítica, sensível e com padrões de exigência mais elevados.

O ex-ministro Manuel Maria Carrilho soube dar dimensão às iniciativas do Ministério da Cultura, introduzindo critérios de qualidade consistentes no sector. Deu dimensão internacional à cultura e fez um trabalho inigualável em termos de património, teatro, cinema, livro e bibliotecas. Deu esperança e estabilidade aos criadores e levou a cultura a todas as partes do país. Pena que tenha sido prejudicado por alguma incompreensão e até por algum provincianismo.

A nível da ciência e tecnologia passa-se algo idêntico em ordem de grandeza ao que

ocorre na cultura. O ministro Mariano Gago tem criado uma verdadeira apetência pelas diversas áreas do saber científico com uma acção extremamente eficaz e pragmática, tanto em termos de investigação como da sua divulgação popular, com a importância que isso tem para a actual e para as futuras gerações.

Por fim mas não menos importante, também a pasta da igualdade deve ser encarada no sentido de dar um precioso contributo para a mudança das mentalidades. Apesar da desconfiança de que inicialmente foi alvo, a ministra Maria de Belém tem vindo a demonstrar a sua importância, sobretudo em virtude do conceito que está subjacente a todas estas políticas: o de respeito. De respeito nas relações de cada um com os outros. De respeito pelo inalienável direito à igualdade de oportunidades, entre pessoas de origens sociais, sexo, raça ou religião diferentes. Nestes termos, igualdade significa que ninguém, homem ou mulher, europeu ou africano, rico ou pobre, doutor ou pedreiro tem o direito de tratar com soberania ou falsos sentimentos de superioridade quem quer que seja. E nenhum povo é verdadeiramente saudável se não viver com naturalidade estes sentimentos de respeito, humanismo e tolerância que a todos é devida.

\*Deputado do Partido Socialista

## PS: É TEMPO DE MUDANÇA

**1.** Governo do Partido Socialista enfrenta um dos seus momentos mais difíceis. A constatação deste facto exige a reflexão e a mobilização de todos os socialistas. Em nome de um projecto de mudança para Portugal. Em nome das expectativas e das esperanças criadas junto dos portugueses que, em 1995 e nas últimas eleições, depositaram a sua confiança no PS.

Será esta situação inevitável? Dever-se-á ela unicamente às alterações sofridas pela conjuntura económica, ao preço do petróleo ou às taxas de juro? Será, como é voz corrente, que tudo se deve ao facto do primeiro-ministro ter andado «excessivamente» ocupado com a presidência da UE?

Recusamos tal perspectiva simplista, compreensível quando se tem da política e da governação um visão administrativista e tecnocrática ou quando, afinal, se é pouco ambicioso no que se refere ao futuro do país. Do mesmo modo é mistificador atribuir ao «regresso» de António Guterres uma função providencial e redentora. Aliás, sublinhe-se que consideramos ter sido justificada e necessária a chamada «ausência» do primeiro-ministro, na medida em que contribuiu para um prestigioso desempenho de Portugal a nível comunitário.

Com efeito, as dificuldades com que se depara o Governo não se explicam, pela conjuntura menos favorável ou pelo natural desgaste de um segundo mandato. Têm razões de fundo de carácter político, as quais contribuem para a ausência de coesão governativa e a falta de coerência programática.

A que se deve a quebra de confiança dos portugueses no Governo do PS? Fundamentalmente ao facto de se ter optado por subordinar a política ao pragmatismo gestor do curto prazo, o sentido de Estado a uma actuação determinada pelas sondagens e pelo marketing, a prossecução firme de uma estratégia ao simples taticismo. Tudo isto sendo indissociável da situação actual do PS. Na verdade, não obstante as grandes transformações sofridas pelos sistemas políticos nas sociedades contemporâneas, em democracia continua a ser fundamental o papel dos partidos enquanto suporte dos governos no plano parlamentar e no plano social, assim como instrumentos de elaboração e de racionalização de políticas. Deste modo, a superação – ainda possível – da situação com que os socialistas e o seu Governo se deparam, não passará tanto pelos arranjos ministeriais que se possam vir a fazer, mas pela capacidade em desencadear uma nova dinâmica social e política que transmita uma confiança renovada aos portugueses.

**2.** Um Governo do PS não se pode limitar a gerir a conjuntura. Cabe-lhe mediar um projecto nacional mobilizador, com novos desígnios e novos paradigmas, que prepare a sociedade e a economia portuguesas para a civilização do conhecimento e da globalização, em bases democráticas, com solidariedade e coesão social.

A nosso ver, este projecto passa por três questões essenciais: o papel de Portugal na Europa; a reforma da sociedade portuguesa e a assunção de um Pacto de Progresso com

os actores económicos e sociais.

Feita a descolonização, Portugal virou-se para a Europa. A integração tem-se processado com claros benefícios para a modernização do país. No entanto, parece-nos cada vez mais evidente a ausência de uma ideia clara sobre o papel de Portugal na Europa e de uma estratégia consistente para enfrentar o futuro alargamento da UE sem os perigos de subalternização.

O anterior Governo socialista lançou o objectivo: «Portugal, primeira plataforma atlântica da Europa». Objectivo com virtualidades para potenciar as especificidades nacionais e dar-lhes um sentido na economia global, tirando partido da nossa posição geoestratégica e do património de relacionamentos históricos, culturais e diplomáticos. Que é feito deste objectivo? Aliás, o mesmo acontece com aquele que se sintetizava na expressão: «Oceanos, um património para o futuro» que caiu, praticamente, no esquecimento.

Faltam metas, ideias, ideais e ousadia. Para que Portugal venha a ocupar uma posição de relevo na economia global, é necessário afirmar uma projecto nacional coerente, uma nova centralidade euroatlântica, ao mesmo tempo que se deve contribuir para uma Europa mais democrática e descentralizada, alargada e coesa.

Por outro lado, a modernização da sociedade portuguesa e o aprofundamento da democracia exigem mudanças e reformas estruturais urgentes nos diversos domínios: do bem-estar (sistemas de saúde e de segurança social); da qualificação (ensino/formação e tecnologia/ inovação), do mercado (sistema fiscal e concorrencial) e do Estado (Justiça e administração pública).

Mas não basta ter desígnios nacionais ou projectos. É necessário, para os prosseguir, demonstrar determinação no sentido da mudança e definir o método de concretização das políticas. Urge, deste modo, passar do diálogo à concertação estratégica. Em democracia, a capacidade dos governantes ouvirem, auscultarem, suscitarem a participação dos cidadãos e dos actores sociais é fundamental, mas não dispensa a concertação e, sobretudo, o ter de decidir apesar das pressões dos interesses parcelares, das corporações e dos lobbies. É isto que designamos por Pacto de Progresso a estabelecer com os agentes activos da sociedade portuguesa e com os cidadãos.

**3.** O PS e os seus militantes têm de debater estes e outros temas, para serem o factor de mudança de que Portugal necessita e o seu Governo o executor e propulsor dessa mudança.

Para nós o partido, os partidos, não são unicamente instâncias de mediação institucional, de representação e de legitimidade eleitoral. Devem ser também instrumentos de formação democrática e de cidadania, movimentos inseridos na realidade da sociedade e capazes de auscultar os anseios das populações. Daqui a importância das estruturas de base e intermédias que deveriam funcionar para dentro - com e para os militantes - mas também para fora, veiculando as posições e as propostas

programáticas, acompanhando o pulsar das comunidades.

Só assim será possível potenciar, positiva e coerentemente, a acção dos militantes socialistas. Não só dos que desempenham funções no Governo, na Assembleia da República, na administração e nas autarquias, mas também dos que têm responsabilidades sindicais, em empresas, cooperativas, ONG ou noutras frentes de intervenção social, dando-lhes, ao mesmo tempo, uma maior consistência estratégica e política. E isto é ainda mais importante numa altura em que o PS é Governo.

Um Governo socialista precisa de contar com o apoio do partido como força política e social. Isto é, precisa de contar com o apoio das estruturas e dos militantes. Na nossa ordem democrática, a legitimidade eleitoral é função do papel desempenhado pelos partidos enquanto mediadores do eleitorado, veiculadores de opções e intermediários de expectativas sociais. Ou dito de outro modo: não é o PS que emana do Governo, é o inverso que tem de acontecer. Por isto, enquanto os governos estão submetidos à regra da alternância, e funcionam segundo ciclos constitucionais, cabe aos partidos assegurar a estabilidade estrutural dos regime democráticos, enquanto nesses partidos se reconhecerem grupo sociais e correntes de opinião.

O partido nesta relação com o Governo tem de ser uma realidade viva e interventiva. Por exemplo: não basta reunir, periodicamente, governantes com militantes para estes últimos se limitarem a ouvir os pontos de vista dos primeiros. Esta comunicação é necessária mas não suficiente.

Ao partido cabe desempenhar um papel activo de apreciação das políticas que determinam o presente e o futuro do país, assim como contribuir para a elaboração de perspectivas sectoriais, através de gabinetes de estudo ou de estruturas especializadas. Desempenhar, inclusive, um papel crítico, veiculando a sensibilidade dos militantes e dos portugueses em geral, para que se possa corrigir o que há de corrigir, debater, melhorar, inovar.

A subordinação do partido a lógicas clientelares e de facções em função de interesses que se instalam na economia e no poder de Estado, secundarizando-se, cada vez mais, a dimensão política e estratégica, fragiliza e vulnerabiliza o Governo e acabará por conduzir a situações de fraccionamento e conflito entre socialistas com as consequências imagináveis. Consequências no que se refere às próximas eleições, à própria estabilidade governativa, à perda do sentido de militância e de valores como a honradez, o sentido do serviço público e a fraternidade.

**4.** Os próximos congressos federativos e outros actos eleitorais que finalmente se irão realizar, não poderão ser meras formalidades para garantir o prolongamento de um *statu quo* autista. Eles deverão ser um momento de renovação e re-dinamização do partido. Por isso, é imperioso que sejam precedidos por um profundo debate sobre o PS na conjuntura actual, na sua relação com o Governo e com a sociedade. No entanto, o calendário

escolhido, ao coincidir com o período de férias de Verão, dificulta, à partida e seriamente, uma verdadeira participação.

A sociedade portuguesa sofreu nos últimos anos profundas mudanças políticas e um processo acelerado de desenvolvimento económico. Mas, como aconteceu já noutros períodos históricos, não se superam com igual rapidez problemas estruturais no domínio das mentalidades, da formação e da cultura, nomeadamente da cultura democrática. Observa-se a persistência de velhos problemas e a emergência de outros, fruto de novos fenómenos sociais e civilizacionais. Um partido como o PS não pode ser indiferente a estes factos nem permitir que também deles se alie um Governo socialista, com o risco de se cair numa governação à vista que conduzirá ao desencanto e ao defraudar de muitas esperanças e expectativas.

Impõe-se, assim, que a vida interna do PS também seja pautada pela transparência e pelo rigor democrático que se defendem para o regime e a sociedade na sua globalidade. Não se pode pactuar com o menosprezo das regras estatutárias, dar cobertura a simulacros de democracia para alimentar interesses clientelares e demagogias basistas. O que passa, em síntese, pela dinamização da vida interna, com conteúdo político e ideológico, de forma a que todos os que no PS se reconhecem venham a constituir uma real força de transformação social, abrindo o partido à sociedade, à nova realidade económica, aos movimentos sociais e culturais, às novas causas colectivas e individuais.

Os signatários, militantes inscritos na FAUL, pretendem com esta tomada de posição contribuir, construtivamente, para o debate e a reflexão necessários, em primeiro lugar no espaço da sua Federação, mas também em todo o partido.

O PS não se deve limitar à ambição de uma passageira gestão e ocupação do poder.

O PS tem de ser um factor de modernização, de coesão social e de reforço da cidadania. O PS tem de aprofundar a Democracia e de contribuir para a justiça social.

Julho de 2000

(\*)

Álvaro Neves da Silva  
Ana Tónnies  
António Fonseca Ferreira  
António Gomes Marques  
António José Pacheco de Almeida  
António Sérgio Pessoa  
Dieter Dillinguer  
Edmundo Pedro  
Elisio Summavielle  
Fernando Bento Gomes  
Fernando Pereira Marques  
Fernando Vieira da Cruz  
João de Matos Silva  
João Paulo Bessa  
José António Reis Borges  
José de Almeida Serra  
José Manuel Sousa do Nascimento  
Júlio Gonçalves Dias  
Maria Teresa do Vale Matos  
Rogério Gomes dos Santos  
Rui Manuel Malta Vacas  
Victor Manuel da Costa





## NOVOS VELHOS TEMPOS...

**N**ão gosto nada de ser tomado por Catão (o «antigo», Marcus Porcius Cato), severo senador da velha Roma que, como Cassandra, previa sempre o pior e terminava os seus discursos com a frase «Delenda Cartago!» («É preciso destruir Cartago!»), pondo em evidência os perigos que ameaçavam a República, vindos do exterior, mas também e, sobretudo, da permissividade nos comportamentos dos cidadãos romanos que minavam (segundo ele) os alicerces da antiga moralidade...

Detesto ser considerado Catão - figura que se situa nos antipodas da minha maneira de ser - mas, às vezes, é necessário ter a coragem de correr esse risco, quando se começa a ter a difusa consciência de que certos valores fundamentais estão a ser esquecidos ou a ser postos à margem, com excessiva facilidade, nestes novos velhos tempos, e os princípios de moralidade política, de que falava António Sérgio, que sempre serviram de guia a republicanos e a socialistas, na sua vida pública, não direi que estejam em risco de perder-se mas, pelo menos, a serem secundarizados.

O fenómeno - é certo - parece ser universal. Manifesta-se em todos os continentes e em variados países. Está relacionado, julgo eu, com a movimentação permanente e ultrarápida de grandes fluxos de capitais e com a especulação bolsista, desregulada a nível mundial, fenómenos que considero dos mais negativos da chamada globalização. A ânsia do lucro pelo lucro, como exclusiva finalidade, a lavagem fácil de dinheiro «sujo», a audácia e quase impunidade de certos tráficos ilegais - as armas, as drogas, as redes de prostituição e de pedofilia - a que se assiste um pouco por toda a parte - e a facilidade com que se fazem fortunas faraónicas, de um dia para o outro, se anunciam e ostentam à luz do dia, sem que ninguém, aparentemente, se interesse em saber como e porquê, são outros aspectos da mesma deprimente realidade.

Com efeito, os Estados estão a perder o controlo e grande parte do poder de decisão face à influência dominante dos grandes oligopólios mundiais e, curiosamente, sem reagirem nem sentirem a necessidade de dar explicações, estão eles próprios (os Estados) a desmantelarem-se, abrindo mão de sectores estratégicos essenciais, a favor de empresas privadas sem rosto e, na maior parte dos casos, multinacionais. É o que se chama, pomposamente, «internacionalização das economias», para melhor sugerir a ideia da sua inevitabilidade...

As sociedades, dominadas pelo poder do dinheiro, tornam-se dualistas, os pobres não contam ou contam cada vez menos - nesse aspecto o cinismo é absoluto! - e as classes sociais intermédias abraçam, inconsideradamente, o consumismo e a permissividade, com a ajuda estimulante dos «media», quase sempre imbricados ao



poder económico. Como respeitar, então, o princípio cívico da supremacia do poder político (por ser a emanção do sufrágio popular) sobre o poder económico? Passa a ser uma simples frase, sem qualquer conteúdo prático?!

Da impenetrável China, que enviou agora a julgamento público um tal Cheng Kejie, vice-presidente do Parlamento e antigo governador da região autónoma de Guangxi - a ponta de um icebergue - acusado de ter recebido «luvas milionárias» por certas transacções públicas, à Indonésia, onde é bem conhecida a teia de corrupções criada pelo antigo ditador Suharto e pela sua camarilha, apoiada pelo exterior, os exemplos não faltam. Pondere-se o que se passa na Confederação Russa, com a emergência de mafias criminosas político-económicas - agentes zelosos da nova economia - em que se «reciclaram» membros da antiga KGB, convertidos aos «negócios» capitalistas e que, ao que se diz, aproveitaram as antigas redes de «informadores», situados nos países ocidentais, para alargar o seu novo poder... Ou na América Latina, com redes

ostensivas e todo-poderosas de narcotraficantes - onde polícias e traficantes se confundem, como parece ter sido o caso que levou à demissão do musculado presidente Fujimori, do Peru - e nos próprios Estados Unidos, onde essas redes também existem, apesar de aí haver tribunais independentes, polícias vigilantes e uma lei anti-«trust» que funciona. Para não falar da Europa, onde tantos casos de corrupção têm ultimamente surgido, uns a seguir aos outros, mesmo em democracias instaladas, como a França - lembremos o exemplo da Elf, empresa «majestática» dos petróleos, que distribuiu «luvas» abundantes e promoveu a corrupção, em África, como método de obter vantagens - ou a Espanha, onde o patrão da poderosíssima Telefonica, amigo e antigo colega de Aznar, Juan Villalonga, teve de ser demitido pelo escândalo dos «incentivos milionários» concedidos aos gestores, a começar por ele próprio...

Não se pode, obviamente, meter tudo no mesmo saco. Há casos e casos, muito diferenciados, com diversos graus de gravidade criminal ou, simplesmente,

cívica. Mas todos têm em comum a vertigem do dinheiro fácil e a supremacia do poder económico com o consequente desgaste do ainda chamado «poder político», o desmantelamento e o desprestígio dos Estados e dos políticos (estes, ridicularizados em todas as ocasiões). Por outro lado, está a difundir-se um certo sentimento generalizado de impunidade - de ausência de sanção judicial atempada - que promove o facilitismo dos negócios menos claros e, perigosamente, pelo desalento que isso provoca, poderá abrir caminho a aventuras políticas de tipo demagógico e populista. Medite-se em certos movimentos sintomáticos de extrema-direita que estão a desenhar-se mesmo na União Europeia... Em Portugal, felizmente, em tempo de privatizações e de fusões, as coisas reduzem-se à nossa escala, com bem menor gravidade, quero acreditar. Há, porém, rumores que circulam, insidiosos, aflorações de uma certa desorientação e mal estar que seria útil, a meu ver, dilucidar. A preocupação de esclarecimento, em tempo oportuno, de molde a desfazer a opacidade de certas opções e facilitismos, se é que existem, tem um imenso valor pedagógico e democrático. Até para que o criticismo e a desconfiança não se instalem e alastrem...

Os «Catões», como os mensageiros das más notícias, são sempre impertinentes. Nas ditaduras havia o costume de os eliminar, como se a verdade pudesse ser escondida e não acabasse sempre por se impor. Não é o que acontece, nas democracias. Aí, as críticas, apesar da incomodidade que possam eventualmente causar, suscitam a obrigação de as levar a sério e de lhes dar resposta, mesmo que pareçam injustas. Porque a transparência, que alimenta a consciência cívica, é um valor essencial em democracia. Estimula o debate, a livre discussão e mesmo a polémica - o que conduz a um maior interesse e a uma maior participação dos cidadãos na vida pública. Não há nada pior do que o indiferentismo, o encolher de ombros, o deixar andar, que geram desalento e desorientação.

Há outros dois valores que me parecem oportuno salientar, como fecho desta breve reflexão: a firmeza de convicções - de modo a que todos saibam, claramente, donde vimos, o que somos, o que queremos e para onde vamos, sem o que não há mobilização popular possível; e a honra de servir o Estado - em benefício da colectividade, entenda-se. Servir, com idealismo e desinteressadamente: jamais servir-se do Estado.

Na verdade, a honradez republicana é uma tradição de enorme valia que nos foi legada pela I República. Urge mantê-la e desenvolvê-la, como a melhor forma de dignificar a política, com P grande, e de aprofundar, intransigentemente, a democracia, restabelecida pelo 25 de Abril.

in-Expresso

## NOVO CICLO - COMPREENDER O PAÍS

**Q**ue significa falar de um novo ciclo? Muitos dirão que a legislatura vai andada e que o ciclo eleitoral não começa agora. Não é disso que se trata. Do que o primeiro-ministro falou no reinício do ano político foi da abertura de um novo tempo, após o exigente semestre da presidência da União Europeia, que terá de ser caracterizado por um empenhamento político redobrado em nome da governabilidade e da interpretação correcta dos sinais dados pelo país.

Se há sinais de inquietação, se há crítica, importa tirar consequências, que não podem ser nem meramente simbólicas nem criadoras de bodes expiatórios, mas propiciadoras do lançamento de um novo fôlego positivo emobilizador, capaz de reconstruir um sentimento de confiança no futuro.

A República defende-se com ideais republicanos. Em política não há milagres, há vontade. O novo ciclo deve, assim, ser visto como um recobrar de energias. Perante quantos insistem em alimentar um clima de crise sem alternativas visíveis, apostando na criação de condições para um longo período de ingovernabilidade e de fragmentação, a única resposta séria é a de demonstrar, com obra feita e sem temer o julgamento democrático, que o mais importante é cuidar do dia-a-dia dos cidadãos. Para que no tempo próprio os eleitores possam avaliar e escolher. Melhor coordenação política, mais coesão e eficácia - para ligar, de facto, rigor económico e consciência social são instrumentos importantes para pôr em prática uma governação orientada por um sentido cívico e patriótico, na mais legítima



tradição republicana, que obriga a mobilizar todos e a contar com quem está disponível para a realização das mudanças de que o país precisa, com salvaguarda das diferenças, do pluralismo e das complementaridades.

Pretende-se, deste modo, reviver o espírito dos Estados Gerais para uma Nova Maioria e das candidaturas presidenciais de Mário Soares e de Jorge Sampaio, demonstrando que ouvir o país é abrir horizontes, mobilizar da economia à cultura e pôr lado a lado membros do partido e independentes. A República moderna exige que a mobilização se faça em torno de princípios claros de liberdade, de justiça, de solidariedade e de serviço público, e não numa lógica mercantilista e indiferente ou de mera oportunidade.

Enquanto alguns se multiplicam em tentar demonstrar o indemonstrável, isto é, que um governo pode governar sem orçamento e sem meios - importa, com toda a serenidade, contrapor que o ónus das atitudes puramente negativas fica com quem as pratica. E é curioso que, por instinto suicida, os mais inusitados defensores da instabilidade dos duodécimos no caso da não aprovação do Orçamento do Estado (os mesmos que, há bem pouco tempo, defendiam a perspectiva oposta) se esqueçam de dizer que, em nome da convergência e do desenvolvimento, os sistemas políticos europeus maduros, nos anos decisivos da implantação do euro, encontraram saídas constitucionais e políticas que têm evitado a incerteza e a instabilidade da não

aprovação orçamental. Não sejamos nós a excepção. Daí que a única atitude séria seja a de cada um assumir as suas responsabilidades.

Há um caminho de modernização e de desenvolvimento, de rigor e de qualidade que tem de ser seguido. Tal como este Governo definiu para a Educação, também o país em geral precisa de qualidade, qualidade, qualidade, custe o que custar. Os resultados começam a aparecer e ver-se-ão. Que se torne claro quem deseja a governabilidade (do Estado, da sociedade e dos partidos) e o cumprimento dos prazos constitucionais e quem aposta num clima de crise em todos os azimutes para satisfazer ambições políticas menores de pescadores de águas turvas - que prometem tudo a todos contra os interesses do cidadão comum.

Uma ética de responsabilidade obriga a que não haja cheques em branco, para ninguém, e a uma avaliação rigorosa de como se realizam as políticas dentro dos prazos, não julgando as intenções e não correndo atrás dos pequenos interesses ameaçados. Julgue-se a política pelos valores e pelos actos. Não se confunda neoliberalismo com regulação económica e ambição social. Alie-se liberdade, autonomia, confiança, solidariedade e coesão. Uma política sem princípios estará votada ao fracasso. Bob Kennedy disse, por isso, um dia que «idealismo, aspirações elevadas e convicções profundas têm de ser compatíveis com o mais eficaz e pragmático dos programas». Portugal serve-se com princípios e acção.

\*Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares  
# «Público»

## CARTA ABERTA A CARLOS BRITO



**M**eu caro Carlos Brito, Você não pertence apenas ao património do PCP, é uma referência da luta antifascista, da democracia e da vida parlamentar onde, durante anos, liderou a bancada comunista. Por isso me senti incomodado com as palavras do meu amigo José Saramago, a lembrar tristes convivências de outros grandes escritores com os piores tempos do estalinismo.

Carlos Brito sabe que as ideias renovadoras, por tímidas que sejam, são tomadas como heresias. E a suspeição sobre as ideias traz consigo a suspeição sobre as pessoas. Não se combate o pensamento, procura-se destruir quem pensa. E é aqui que de novo me sinto incomodado. Um símbolo da resistência, que dedicou toda a sua vida ao PCP que lutou na clandestinidade, foi preso e torturado, sofre agora aquela que

moralmente é a mais dolorosa de todas as provas: a de ser incompreendido e injustiçado pelos seus. Sinto-me incomodado, mas não surpreendido. Também você por certo o não estará. O estalinismo sempre teve essa lógica: excluir para purificar. Carlos Brito sabe que essa é a lógica do modelo de partido cujos vícios procura corrigir, ainda que sem o pôr em causa.

Há muitos anos, Germano Ferreira da Costa (grande resistente, já falecido), sua mulher Adalcina e eu próprio também escrevemos uma carta ao Comité Central. Iamos um pouco mais longe: púnhamos em causa o próprio modelo, considerando que se tratava de um fenómeno especificamente russo, não de um modelo universal. Eu tinha sido abalado por um texto em que Lelio Basso desfazia a teoria leninista de partido de vanguarda que,

segundo ele, era um desvio voluntarista e idealista de Marx. Ao defender a necessidade de introduzir de fora no movimento operário uma «consciência teórica» consubstanciada no partido, Lenine invertia uma das teses fundamentais de Marx, a de que não é a consciência (isto é: o partido) que determina o ser (ou seja: o movimento dos trabalhadores), mas sim o ser que determina a consciência. Outro abalo foi a premonição de Trotsky sobre as três substituições: o partido substituir-se-ia à classe, o comité central ao partido, finalmente o secretário-geral a tudo e todos. Foi aí, no Congresso de Londres, quando Lenine impôs o centralismo democrático, que começou o estalinismo. Lendo agora Os Sonhadores do Absoluto, de Enzensberger, compreendi que vem directamente dos grupos revolucionários profissionais do século XIX, organizados

verticalmente, segundo o mais rigoroso centralismo. Tal como a sinistra Okrana, a polícia política do Czar. Uma e outros condicionando-se e contaminando-se reciprocamente. Não se esqueça que Lenine viu enforcar o irmão Alexandre, dirigente de um desses grupos.

Carlos Brito não põe em causa o leninismo. A meu ver não toca no essencial. Mesmo assim a sua carta é um acto pedagógico de grande significado. Não é fácil para si. O PCP não quer deixar de ser uma fortaleza cercada, uma contracultura, um contra-imaginário. Também não é fácil para mim, nem para os que, no PS, procuram novos rumos. A democracia precisa de outra esquerda. Não é fácil. Mas nós somos resistentes. Sabemos que só é vencido quem desiste de lutar.

Um abraço fraterno  
# «Expresso»



**QUE SE PASSA**

Mary Rodrigues

**Música em Abrantes**

O Dia Mundial da Música (1 de Outubro) está próximo. Para festejá-lo foram programadas actividades culturais aliciantes. Assim, assista hoje ao concerto do Moreiras Quinteto (jazz).

António Pinto Vargas e José Nogueira vão fazer-se ouvir amanhã.

No palco do Auditório da Santa Casa da Misericórdia, também às 21 e 30, estará no sábado, dia 30, Margarida Pinto Basto, Carlos Guilherme e Francisco Sasseti. Para o dia 1 de Outubro está reservado o *show* dos Cantodiscanto e um desfile das Bandas Filarmónicas do concelho pelas ruas da cidade.

**Recital Albufeira**

No dia 30, a autarquia local promove um recital de canto e guitarra, no Auditório Municipal, a partir das 21 e 30, com Teresa Verdura (soprano) e Piñaro Nagy (guitarra). Um dia depois, às 18 e 15, o Grupo Coral Alcantabile e o Coro Infantil da Câmara, dirigidos pelo maestro Luís Duarte, encerrarão o programa de comemorações do Dia da Música com uma actuação no Largo Engenheiro Duarte Pacheco.

**Ficção em Cascais**

Os V Encontros de Ficção Científica & Fantástico realizam-se a partir de amanhã, à beira da Boca do Inferno, prolongando-se até ao dia 8 de Outubro.

A viagem é, este ano o tema deste desafio à imaginação que integra jogos, espectáculos de dança, feiras do livro, cybercafé, oficinas de divulgação científica, exposições, sessões de leitura, mostras de jogos de computador, lançamentos de livros, festivais, debates, espectáculos e festas.

**Conferência em Fafe**

Hoje, na Casa Municipal da Cultura, decorre, a partir das 14 horas, uma conferência subordinada ao tema «A Importância Social do Idoso». Neste evento participarão o actor Rui de Carvalho e os médicos Leuschner e Ferreira Alves.

A Semana do Idoso termina amanhã à tarde com a realização de um convívio dançante na discoteca Weekend.

A edilidade fafense assinala o Dia Mundial da Música, este domingo, com um espectáculo de Frei Hermano da Câmara (16 horas - Pavilhão do Grupo Nun'Álvares).

**Exposição em Faro**

A mostra «O Algarve Encantado na Obra de Carlos Porfírio» encontra-se patente ao público, até Dezembro próximo, no Museu Arqueológico.

**Poesia em Guimarães**

A Biblioteca Municipal Raul Brandão tem patente ao público a exposição «100 Anos de Poesia».

A mostra estará no átrio da Biblioteca até ao final do ano.

Esta exposição é acompanhada por um extenso programa cultural que conta com a participação do Sindicato da Poesia, de Braga, e do Teatro Oficina, de Guimarães. No quadro deste programa, o espectáculo «Poesia Pintada», do Sindicato de Poesia, é apresentado com poemas de Rimbaud, Ramos Rosa, Mário de Sá-Carneiro, Alberto Caeiro, Cesário Verde, Ana Luísa Amaral, e Francisco Rodrigues Lobo.

O recital performativo realiza-se na Livraria Luís Pinto dos Santos, sendo os poemas interpretados Ana Gabriela Macedo, António Durães, António Fonseca, Armando Pinho, Sofia Saldanha e António Fonseca.

**Relíquia em Lisboa**

Amanhã, nas salas de cinema lisboetas poderá ver, em estreia, os filmes «X-Man», de Bryan Singer; e «Coyote Bar», de David McNally.

O grupo A Barraca está a apresentar a peça «A Relíquia», de Eça de Queiroz, no Teatro Cinearte.

Os espectáculos realizam-se às quintas, sextas e sábados, pelas 21 e 30, e aos domingos, às 16 horas.

A mostra de pintura «Atmosferas Orientais», de Mio U Kit, está em exibição, até ao dia 4 de Outubro, na Galeria Municipal Gymnásio, podendo ser visitada de segunda a sexta, das 13 às 20 horas, e aos sábados, das 14 às 19 horas.

**Filarmónicas na Lousã**

Um espectáculo musical a cargo da Banda Filarmónica Serpinense e da Sociedade Filarmónica Lousanense está marcado para este sábado, dia 30, a partir das 21 e

30, no Cine-Teatro.

No mesmo local, a jovem cantora Susana Félix actuará, pelas 22 horas do dia 4 de Outubro, por ocasião do aniversário deste recinto cultural.

**Moda em Matosinhos**

José António Tenente, Luís Buchinho, Dino Alves e Miguel Flor são alguns dos estilistas convidados para participar na exposição de *design* de moda, a inaugurar hoje na Galeria Nave dos Paços do Concelho.

A exposição, intitulada «Arkhétypon: Artefactos de Design de Moda para Reflexão», é organizada pelo Centro Português de Design, no âmbito da Iniciativa para a Modernização da Indústria Têxtil (IMIT).

Participam também como designers convidados Osvaldo Martins e as duplas Paulo Cravo/Nuno Baltazar e João Tomé/Francisco Pontes.

A mostra ficará patente até 28 de Outubro.

**Xadrez em Montemor-o-Velho**

Este fim-de-semana joga-se o tudo por tudo no Pavilhão Municipal, por ocasião da segunda e última jornada do XIII Open de Xadrez.

**Concertos no Porto**

O Sexteto da vocalista de jazz Patrícia Colaço apresenta-se, entre 5 e 7 de Outubro, no espaço Café-Concerto do Rivoli-Teatro Municipal.

O grupo é constituído por músicos de origem brasileira e uruguaia, que se juntaram em 1996 à vocalista portuguesa para trabalhar sobretudo temas de origem sul-americana.

Diego Ebbller (piano), Tuniko Goulart (guitarra), Bony Godoy (baixo), Paulo Martins Rosa (bateria) e Andrés Tarabbia (percussão) formam este grupo onde há referências constantes às sonoridades da música do sul da América do Sul.

**Romances em Portimão**

Um concerto com canções e romances populares russos (voz, violino e piano) é a sugestão da autarquia local para o sábado, dia 30, no Salão Nobre.

**Aguarelas em Sintra**

A IV Mostra de Associações e Colectividades de Aqualva-Cacém - «Aguarelas de Aqualva» - será inaugurada amanhã, sexta-feira, às 19 horas, no Recinto Polivalente da Ribeira das Lopus, na Rua da Fé, em no Cacém.

Esta iniciativa estará aberta ao público durante três dias no seguinte horário: das 19 às 24 horas (dia 29), entre as 10 e as 24 horas (dia 30) e das 10 às 21 horas (dia 1 de Outubro).

**SUGESTÃO**

**O BICHO RELIGIOSO**

A segunda edição, revista e aumentada, da mais recente publicação do camarada Carlos Carranca, «Torga - O Bicho Religioso», será apresentada ao público no próximo dia 8 de Outubro, pelas 16 horas.

A sessão de (re)lançamento, a realizar-se no Teatro Mirita Casimiro, no Estoril, estará a cargo de José Jorge Letria e contará com um convidativo programa cultural complementar.

Assim, logo após o reencontro com o «bicho religioso», poderá assistir à representação da peça teatral «Terra Firme», da autoria de Miguel Torga.



**POEMA DA SEMANA**  
*Seleção de Carlos Carranca*

**Homem só, meu irmão**

Tu, a quem a vida pouco deu  
que deste o nada que foi teu  
em gestos desmedidos...

Tu, a quem ninguém estendeu a mão  
e mendigas o pão dos teus sentidos  
homem só, meu irmão!

Tu, que andas em busca da verdade  
e só encontras falsidade  
em cada sentimento  
inventa, inventa amigo uma canção  
que dure para além deste momento,  
homem só, meu irmão!

Tu, que nesta vida te perdeste  
e nunca a mitos te vendeste  
- dura slidão -  
faz dessa solidão teu chão sagrado,  
agarra bem teu leme ou teu arado,  
homem só, meu irmão

**Luiz Goes**

In «De Ontem e de Hoje»

**Companhia de Dança Deborah Colker**

**«ROTA»**

28 e 29 de Setembro - 21h30  
30 de Setembro - 16h30 e 21h30

**Grande Auditório**  
Centro Cultural de Belém



## O TESTE DECISIVO

**1.** A Conferência de líderes da Assembleia da República acaba de marcar o debate na generalidade (e consequentemente a votação) do OE 2001 para o período compreendido entre os dias 8 e 10 de Novembro.

Estamos, portanto, a cerca de mês e meio de conhecer o destino da actual legislação.

Mais do que as folclóricas moções de censura apresentadas (e rejeitadas) pelo CDS e pelo PSD, a atitude da oposição perante a política orçamental do Governo, marcará, indelevelmente, o destino da política portuguesa nos próximos anos.

O Orçamento de Estado, actualmente em vigor, resultou duma proposta arrojada do Executivo.

Não sendo um orçamento de execução impossível, como tive oportunidade de referir durante o debate parlamentar, traduziu uma proposta política de elevado risco.

Elevado risco pela meta que propunha, quer ao nível da despesa - com a continuação do crescimento real da despesa social acima do crescimento real do PIB - quer ao nível da receita, - em que assentou num razoável crescimento do

produto e na continuação do sucesso da luta contra a evasão e a fraude fiscais.

O que se conhece da execução e nomeadamente a certeza de que não haverá orçamento rectificativo (facto que em si mesmo nada tem de positivo ou negativo) demonstra que a aposta foi, parcialmente, ganha.

Não era fácil, com efeito, ignorar a necessidade de prover meios aos sectores sociais mais carenciados (daí que a despesa tenha ultrapassado pela 1ª vez os 50% do PIB), continuar a apoiar o investimento (em ano de início do III Quadro Comunitário de Apoio) e assegurar a continuação de uma política salarial de ganhos reais para os funcionários públicos. Só que o ano de 2000 marcou a inversão do paradigma de crescimento da economia portuguesa, até então assente no consumo público e privado, com as conhecidas consequências sobre a evolução da balança comercial e que agora se deseja sobretudo suportado pelo crescimento da produção e das exportações.

São pois ainda mais rigorosos os desafios para 2001.

Já se ouvem vozes (reconhecidamente honestas) a defender um orçamento

restritivo que possa ser um instrumento para conter a procura interna, mas sobretudo, continua a sentir-se a necessidade de manter o apoio público ao «social» e a imperatividade de acompanhar o ritmo de execução do Quadro Comunitário de Apoio.

Neste contexto, a Reforma Fiscal é uma peça essencial, não apenas pela melhoria da equidade, mas sobretudo pela necessidade de manter a base da tributação - o que não significa, claro, penalizar os que já pagam o suficiente.

Compete aos partidos da oposição, entender esta realidade e, sobretudo, entenderem-se com o país.

A rejeição do Orçamento de Estado para 2001 lançará o país numa crise política de consequências inimagináveis.

Governar sem Orçamento aprovado (logo por duodécimos) impedirá qualquer melhoria ao nível dos salários da função pública e das pensões sociais e tornará impossível adequar a política orçamental às prioridades do país, nomeadamente em matéria de investimento.

É preciso que esta responsabilidade fique clara aos olhos dos portugueses e tenha (por uma vez) consequências nas suas opções.

«Num Estado democrático, existe separação entre o poder político e o poder económico e o poder económico deve, obviamente, submeter-se ao poder político que resulta da escolha dos cidadãos»  
**Jorge Coelho**  
*Diário de Notícias, 23 de Setembro*

«Na verdade, a honradez republicana é uma tradição de enorme valia que nos foi legada pela I República. Urge mantê-la e desenvolvê-la, como a melhor forma de dignificar a política, com P grande, e de aprofundar, intrinsecamente, a democracia, restabelecida pelo 25 de Abril»  
**Mário Soares**  
*Expresso, 23 de Setembro*

«Foi no Congresso de Londres, quando Lenine impôs o centralismo democrático, que começou o estalinismo»  
**Manuel Alegre**  
*Expresso, 23 de Setembro*

«Carlos Brito não põe em causa o leninismo. A meu ver não toca no essencial. Mesmo assim a sua carta é um acto pedagógico de grande significado. Não é fácil para si. O PCP não quer deixar de ser uma fortaleza cercada, uma contracultura, um contra-imaginário»  
**Idem, ibidem**



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**Fernando de Sousa**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**  
**Francisco Sandoval**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA, Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa  
**Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

